



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



## Seção II

ANO XXV - N.º 39

QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1970

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA

incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964 (n.º 2.396/64, na Câmara), que “dispõe sobre faltas ao serviço de trabalhador estudante”.

#### ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1970

As quinze horas do dia vinte de maio do ano de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá, Antônio Carlos e os Senhores Deputados Rubens Nogueira, Martins Júnior e Alceu Carvalho, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964 (n.º 2.396/64, na Câmara), que “dispõe sobre faltas ao serviço de trabalhador estudante”.

Pelo que determina o artigo trinta e dois do Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Mem de Sá, que declara instalada a Comissão e determina as providências cabíveis para eleição do Presidente e Vice-Presidente, através de escrutínio secreto, por cédulas uninominais, convidando para escrutinador o Senhor Deputado Rubens Nogueira.

Feita a votação, apura-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente

Senador Antônio Carlos ..... 4 votos  
Senador Mem de Sá ..... 1 voto

#### Para Vice-Presidente

Deputado Rubens Nogueira ..... 4 votos  
Deputado Martins Júnior ..... 1 voto

Pelo deliberado, tomam posse na Presidência e Vice-Presidência os Senhores Senador Antônio Carlos e Deputado Rubens Nogueira.

O Senhor Presidente leva ao conhecimento dos demais membros da Comissão, que o Senhor Senador Aurélio Vianna, por motivo de saúde, não pôde comparecer à reunião.

Em seguida, usando de suas atribuições, o Senhor Presidente designa para Relator da matéria o Senhor Deputado Martins Júnior.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1970

As quinze horas do dia vinte e um de maio de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senador Mem de Sá e Deputados Rubens Nogueira, Martins Júnior e Alceu Carvalho, sob a presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964 (n.º 2.396/64, na Câmara), que “dispõe sobre faltas ao serviço de trabalhador estudante”.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Aurélio Vianna.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Martins Júnior que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório, circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou o Senhor Presidente da República para vetar integralmente o aludido projeto.

Em discussão e votação, é sem debates aprovado o Relatório, sendo em seguida assinado pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### RELATÓRIO N.º 7, DE 1970

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964 (n.º 2.396/64, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre faltas ao serviço de trabalhador estudante.

Relator: Deputado Martins Júnior

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais — artigos 59, § 1.º, e 81, item IV — houve por bem vetar o Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964, por julgá-lo contrário ao interesse público.

#### O PROJETO, SUA ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO

A proposição vetada originou-se no Senado, sendo seu autor o Senador Edmundo Levi. Ao justificá-lo, seu ilustre autor assim se expressou:

“De conformidade com as autorizações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem que se

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

**Via Superfície:**

Semestre .....	Cr\$ 20,00
Ano .....	Cr\$ 40,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

**Via Aérea:**

Semestre .....	Cr\$ 40,00
Ano .....	Cr\$ 80,00

Tiragem: 27.000 exemplares

lhe aponte a ausência, por vários motivos. Entre as faltas permitidas, sem prejuízo, podem ser citadas as relacionadas no art. 473, algumas alinhadas no art. 134 da C.L.T. e outras enumeradas no art. 6º §§ 1º e 2º, da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949. Entretanto, até hoje não se considerou a condição do empregado que, num esforço digno de todo louvor, busca melhorar a sua formação intelectual ou aprimorar os seus conhecimentos profissionais.

A medida incluída na proposição se afigura ao autor enquadrada no conceito de justiça social e constitui estímulo àqueles que, desprezando as canseiras do trabalho e arrostando penosas dificuldades às vezes, procuram concorrer para a melhoria do índice intelectual do País e o aperfeiçoamento dos conhecimentos da profissão que abraçaram ou que a sorte lhes impôs.

É, evidentemente, uma concessão; mas, porque justa, não poderá sofrer restrição das consciências bem formadas e interessadas pelo futuro da Pátria; tão-pouco poderá ser acoimado de medida isolada, unilateralmente imposta pelo poder público ou empregador: já existe o procedimento relativo ao funcionário público, como se verifica do parágrafo único do art. 158 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União."

### RAZÕES DO VETO

O voto foi tempestivamente apôsto e foram as seguintes as razões apresentadas pelo Sr. Presidente da República:

"Dispõe o projeto que o empregado regularmente matriculado em estabelecimento de ensino poderá faltar ao serviço, sendo-lhe a ausência abonada para todos os efeitos nos dias em que tiver de pres-

tar provas ou exames nos cursos que estiver freqüentando.

Tal como está concebido, o projeto, se convertido em lei, constituir-se-ia em fator negativo para o esforço de desenvolvimento nacional. Não especifica êle, com efeito, a que tipos de estabelecimentos — oficial, oficializado ou particular — se refere a autorização para faltar ao serviço, nem a que grau de ensino, se primário, secundário ou superior. Não distingue, outrossim, entre o exame realizado à noite e o prestado pela manhã ou à tarde. Sempre dá ao empregado-estudante o direito de não comparecer ao serviço o dia inteiro.

Por outro lado, não conceitua o que se deva entender por prova ou exame, desconhecendo que o processo de aferição do mérito do aluno, que vem sendo implantado no País, foge aos padrões clássicos, vigentes à época de sua apresentação, no ano de 1964.

É compreensível o intuito do legislador em querer criar condições favoráveis ao trabalhador-estudante. Contudo, a aplicação do projeto, nos termos em que está redigido, resultaria em aumento do custo da produção, ensejando, destarte, a elevação do preço dos bens e serviços."

### CONCLUSÃO

A Comissão, ante o exposto, dá por terminado seu relatório sobre o voto ao Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1964 (n.º 2.396/64, na Câmara dos Deputados), na expectativa de haver propiciado aos Senhores Congressistas condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970. — Antônio Carlos, Presidente — Martins Júnior, Relator — Mem de Sá — Rubens Nogueira — Alceu Carvalho.

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 44.ª SESSÃO EM 2 DE JUNHO DE 1970

### 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. WILSON GONÇALVES E FERNANDO CORRÉA**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Manoel Villaça — Argemiro de Figueiredo — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Júlio Leite — Eurico Rezende — Raul Giuberti — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares — Carvalho Pinto — Fernando Corrêa — Bezerra Neto — Ney Braga — Adolpho Franco — Antônio Carlos — Guido Mondin — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos dos seguintes Projetos:

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 6, DE 1970

(N.º 2.131-B/70, na origem)

Altera a redação do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — O art. 2.º do Decreto-Lei n.º 499, de 17 de março de 1969 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — As atuais carteiras de identidade ‘modelo 19’, de que

trata o art. 135 do Decreto n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de três anos da vigência do Decreto-Lei n.º 670, de 3 de julho de 1969, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal.”

**Art. 2.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

(*As Comissões de Constituição e Justiça.*)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 37, DE 1970

(N.º 140-A/70, na Câmara dos Deputados)

Aprova o Decreto-Lei n.º 1.104, de 30 de abril de 1970, que altera o Decreto-Lei n.º 1.060, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a declaração de bens, dinheiros ou valores, existentes no estrangeiro, a prisão administrativa e o seqüestro de bens por infrações fiscais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É aprovado o Decreto-Lei n.º 1.104, de 30 de abril de 1970, que altera o Decreto-Lei n.º 1.060, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a declaração de bens, dinheiros ou valores, existentes no estrangeiro, a prisão administrativa e o seqüestro de bens por infrações fiscais, e dá outras providências.

**Art. 2.º** — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — O expediente lido vai à publicação.

No expediente lido, ontem, constou mensagem do Presidente da República relativa ao voto apôstolo ao Projeto de Lei n.º 63/68, no Senado, e 539-C/67, na Câmara, que define e pune atos de fraude nas competições esportivas, e dá outras providências.

Para a Comissão Mista que deverá relatá-lo designo os seguintes Senhores Senadores:

Petrônio Portella — ARENA;

Eurico Rezende — ARENA;

Edmundo Levi — MDB.

A Presidência, ouvidas as lideranças, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em Sessão Conjunta, a realizar-se às 21 horas do dia 7 de julho de 1970 (terça-feira), no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do voto.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto do meu discurso de hoje é de alta importância para o País. Trago informações precisas sobre o que se passa em certas regiões, do Norte e do Nordeste.

As minhas palavras de hoje são endereçadas ao Governo sobre assuntos que dizem respeito a todo o Brasil, mas, mais especialmente à situação do Nordeste e do Norte. Mais uma vez repete-se o drama da seca e os jornais noticiam que nada menos de 350 mil nordestinos famintos constituem o lamentável quadro dos retirantes para outros lugares, o que nos fere o coração. Ninguém de sã razão poderá aceitar que estes nossos irmãos vivam eternamente sob o guante da terrível ameaça, e, como representante de Pernambuco, somos sensíveis ao que se passa e falar mais uma vez, conforme o fizemos em 8 de maio, quando recebemos angustioso telex de Fortaleza, clamando por providências urgentes do Governo Federal para o Ceará.

Conforme o Jornal do Comércio de Recife, de 26 de maio, o Governador João Agripino, da Paraíba, afirmou que a intensidade desta seca é mais grave do que as de 1932, de 1942, de 1948 e 1966 pois, conforme disse, naquelas o homem do campo, advertido pela inicial falta de chuvas, não se endividou tanto como agora, quando comprou bastante e plantou demais, provocando um verdadeiro desastre.

Neste discurso de hoje queremos, especialmente, fazer um paralelo en-

tre os angustiantes problemas de regiões pobres, a falta de auxílio por parte do Governo Federal nas áreas da SUDENE e da SUDAM e o que ocorre na orientação dos Estados e Municípios situados nessa faixa, quando o espectro da fome diz presente. Nosso principal propósito é, pois, chamar a atenção do Governo sobre ocorrências prejudiciais à Nação, ocorrentes nessas áreas. Comecemos pelos incentivos.

#### INCENTIVOS E ISENÇÕES

Verifica-se atualmente uma tendência nas áreas da SUDENE e da SUDAM para dar incentivos de ICM e outros impostos e taxas — até 15 anos de prazo da data da instalação da fábrica — isto para indústrias ricas, sem necessidade, pois, para essas regiões já existem os da 34/18 e da 13/13, colocando-as em condições excepcionais sobre o resto do País. Sabemos que os incentivos do Imposto de Renda, de 50%, para estas zonas totalizaram nada menos de 1,5 bilhão de cruzeiros, em 1969, de conformidade com a publicação "Cenel", de 18-4-70. Os Srs. Senadores não julgam que já constitui imenso incentivo dar 50% do Imposto de Renda para o estabelecimento de fábricas nestas regiões?

Pois bem, mas há indústrias que ainda são mais privilegiadas e recebem isenção do ICM e outros impostos e taxas. As dificuldades estão presentes em tais lugares, pois, enquanto a seca assola o Nordeste, vemos que enchentes causam também prejuízos no Norte. Por isso, não concebemos como Estados de pouquíssima renda e Municípios quase sem nenhuma receita possam ainda dar favores, quando, em verdade, são eles os grandes necessitados, muito mais do que os sulinos. Mas, vão além. Prejudicam até mesmo a produção de artigos similares nacionais. Provam-no, suficientemente, as portarias baixadas pelo Ministério do Interior que, atendendo a razões da SUDENE, concede isenções de impostos e taxas federais à importação de equipamentos novos do estrangeiro, sem consulta aos similares nacionais, prejudicando, assim, a própria produção brasileira. É bom que fique bem claro, porém, que não somos contra dar incentivos para os ramos já determinados pelo

Governo, até que ele examine a situação de maneira diferente. Não somos contra a isenção de direitos para instalação de fábricas no País, o que nos opomos é darem-se isenções para importação de máquinas que possuem similar nacional, aliás, contrariando a própria legislação.

Temos elogiado os atos do Governo, quando está certo, e criticando-o, quando em erro, cumprindo nosso dever de oposicionista. Mas, nunca o fazemos sem uma sugestão para resolver o problema, qualquer que seja. A nossa sugestão no presente caso é para que o Sr. Presidente da República, que deseja sempre a verdade, convoque os Srs. Ministros da Fazenda, Indústria e do Comércio, Planejamento e Interior, a fim de estudar em profundidade o que está acontecendo nessas duas regiões. Nesse estudo, é indispensável verificar quais os abusos que estão sendo cometidos e tomar imediatamente as providências cabíveis, pois o tempo e a necessidade são irreconciliáveis numa região onde toda atenção é pouca e não comporta espera alguma. Um município e Estado que conta com os benefícios do ICM deve considerá-lo intocável, aplicá-lo em seu próprio desenvolvimento e jamais abrir mão para grupos que, via de regra, se preocupam, exclusivamente, com os seus próprios interesses. Posso afirmar o que estou dizendo com conhecimento de causa. Veja-se o seguinte exemplo, para o qual pedimos a atenção do Sr. Ministro da Justiça. Conheço um município do meu Estado onde está implantada importante indústria isenta do ICM. As rendas do município são escassas e, recentemente, quando houve enchente do rio que o banha, recebemos afilhado pedido de ajuda da sua Câmara Municipal e amparamo-lo enviando donativos. Em minhas mãos, tenho a carta de agradecimento da mesma Câmara, cujo ato ficou registrado nos seus anais, a pedido do Vereador Delmival Bezerra Chaves. Quem tinha o grande dever de ampará-la na hora difícil? Pois bem. Esse município foi o mesmo que há tempos sofreu intervenção do Governo Federal, não sei por que razão. Sei apenas que não houve inquérito nem civil, nem militar. O Prefeito há pouco havia assumido o seu cargo. Eis por que pe-

dimos a atenção do Sr. Ministro da Justiça, para que mande verificar quais as verdadeiras razões, dentro do critério que o Chefe da Nação desejaria: o da verdade.

Senhores Senadores, em razão destas isenções que têm sido dadas achamos de bom alvitre fazer outra sugestão ao Governo: há necessidade de uma lei, de uma orientação firme, de forma a acobertar os municípios e os Estados com a Receita advinda do ICM, evitando-se prejuízos. O que pode ser feito com essa arrecadação?

Ora, todos sabemos da carência de água nas regiões mais secas. Se o Governo Federal fizer convênios adequados com os Estados, obrigando-os a empatar esse ICM na solução do problema, já seria um grande passo a frente. A mesma coisa pode ser indicada nos lugares onde a enchente é a ameaça e também traz danos.

**O Sr. Cattete Pinheiro** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Ermírio?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Com muito prazer.

**O Sr. Cattete Pinheiro** — Com a sua incontestável autoridade traça V. Ex.<sup>a</sup> comentários os mais judiciosos sobre a política de isenção fiscal e vem atingindo determinadas regiões do País onde a aplicação da Receita é a mais angustiante necessidade. E quando V. Exa., com o mais alto sentido patriótico, pede a atenção do Governo Federal para essa política negativa que apresenta ao Senado, quero manifestar a minha solidariedade, por quanto estou entre aqueles que, como V. Exa., vêem nessa política de isenção tributária algo de mais negativo que um Governo local possa fazer, principalmente quando os reclamos da aplicação da Receita pública são também os mais angustiantes. Receba assim, Senador José Ermírio, a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Exa. Representando nesta Casa, como tenho a honra de representar, uma das regiões mais pobres de nosso País, entendo também que é preciso pôr definitivamente um dique nessa política de governos locais que concedem isenção tributária a indústrias que se implantam, quase sempre já com os maiores favores fiscais, e deixam de arrecadar em prol da população, para ir em favorecimento de grupos capitalistas que não

podem continuar a receber semelhante tratamento, em detrimento das populações que são desassistidas.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Sou imensamente grato a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Cattete Pinheiro, pelas ilustrações que acaba de dar, no Plenário desta Casa, mostrando o destino de um Estado pobre que não pode, realmente, ceder aquilo que é mais precioso.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.a permite um aparte?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Com prazer.

**O Sr. Eurico Rezende** — Senador José Ermírio, tóda vez que V. Exa, ocupa essa tribuna, o faz conduzindo para a atenção do Senado — e, por via de consequência, do País — assuntos da maior significação e do mais relevante interesse público. Realmente, em algumas regiões do País, ainda operam certos tipos de isenção tributária de natureza egoística e danosa ao interesse comunitário. Mas, devo dizer a V. Exa, que o primeiro esforço, ou melhor dizendo, a primeira proibição contra essa política de isenções fiscais foi inaugurada no Governo da Revolução. Devo salientar que o Código Tributário Nacional estabeleceu certos parâmetros para a concessão de isenções. E o espírito da lei é proibir as isenções arbitrárias locais e setoriais. Essas isenções devem obedecer, por exemplo, a convênios entre Estados, entre regiões, para que não se estabeleçam condições competitivas desfavoráveis entre um e outro Estado. Por exemplo, o Estado "a" concede uma isenção de 70% do ICM para implantação de uma indústria nova, o Estado "b" querendo, então, criar maior atrativo, estabelece uma isenção da ordem de 80 ou 100%. Estou estranhando a existência dessas isenções setoriais, municipais, a que V. Exa, acaba de fazer referência, porque o Código Tributário Nacional proíbe. Essas isenções, além de obedecerem a um caráter regional, ou interestadual, são policiadas pela competência da União. Então, eu pediria a V. Exa, que especificasse, com relação ao município que mencionou, o tipo de isenção concedida. Se houve autorização legal, se houve audiência, dentro do ângulo da competência da União, previsto no Código Tributário Nacional. Talvez essa isenção seja nula, a pleno juri.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Nós acreditamos que seja nula, mas ela continua em vigor. É o Município de Goiâna, em Pernambuco.

Mais adiante, V. Exa, vai tomar conhecimento de problemas mais sérios. Agradeço o aparte de V. Exa. Sinto-me no dever de afirmar que V. Exa, está atualizado com todos os problemas do atual Governo.

**O Sr. Eurico Rezende** — Aliás, é dever do ofício e prazer do Vice-Líder.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — (Lendo.)

Para dificultar o desenvolvimento destas duas regiões podemos dizer que já bastam os juros altos e os salários baixíssimos que, em muitos casos, não chegam nem ao salário-mínimo. Este problema se torna aflitivo já que muitos alimentos são mais caros do que no Sul, onde, conforme dados da Prefeitura de São Paulo, nesta cidade o custo de vida, entre abril de 1969 e igual mês dêste ano, subiu 21,57%. Os salários, como dissemos no item 22 do nosso pronunciamento de 28-10-69, devem ser elevados sempre um pouco acima do índice do custo de vida, para que possa haver poupança.

No exame que fizer sobre as isenções no Nordeste, o Governo deve verificar quais são os que estão conseguindo tais favores, para puni-los duramente e impedi-los de continuar desbaratando as finanças estaduais e municipais, sejam eles quem forem, civis ou militares. Há notícias de casos recentes que são de alarmar a qualquer um e é necessário desembraçar os dirigentes para que realizem gestão sadia, eficiente e patriótica. Para comprovar o que dissemos, veja-se o Decreto n.º 5.250, de 16 de janeiro de 1970, do Governo do Rio Grande do Norte, cujo texto tenho em mãos e que concede isenção de todos os impostos e taxas, num prazo de 15 anos, a contar da data do início do funcionamento, a uma fábrica de cimento, sediada naquele Estado. Este grupo industrial — que já conseguiu favores excepcionais, em Pernambuco, durante o primeiro governo revolucionário — agora, segundo informações que nos chegaram, acaba de conseguir isenções semelhantes e grandes vantagens nos Estados do Pará e do Maranhão. De nossa parte, podemos dizer que temos recusado

ofertas semelhantes de vários Estados e nem por isso deixamos de crescer.

#### PRODUTOS DO NORTE E NORDESTE

Enquanto estas coisas ocorrem, como estão os produtos das duas regiões? Vejamos alguns principais, começando com o algodão. Com boa aplicação do ICM e com ajuda federal, o Nordeste terá água e, consequentemente, dará apreciável rendimento na lavoura algodoeira, com fibras excelentes. Registra-se ali, presentemente, um dos mais baixos índices de produção do mundo, com apenas cerca de 104 quilos em pluma por hectare, sendo o Brasil em torno de 243 quilos. No entanto, há países, como Israel, com mais de 1.100 quilos. O México, que em 1955 tinha um índice de 358,4 quilos já na safra de 1964-65 passou para 700. O índice ínfimo apresentado no Nordeste deve merecer melhor atenção por parte do Ministério da Agricultura e que tem se mostrado bastante falho na região, bem como os governos estaduais também não têm mostrado firmeza no setor. Pois, veja-se o que segue. Na safra de 1962-63, a Paraíba colheu mais de 44.000 t/fibra, decaindo para 28.000 na de 68/69. Pernambuco que já apresentou uma safra, a de 65-66, com mais de 25.000 t/fibra, decresceu para 22.000 na de 1968-69. Rio Grande do Norte, no mesmo caso. Na safra de 1961-62 quase alcançou 34.000 t/fibra, baixando para 22.500 na de 1968-69. O Estado que progressou foi o Ceará, tendo saído de 42.000 t/fibra, na safra de 1959-60 para 80.000 na de 1968-69 e que, agora, em virtude da seca, terá sua safra imensamente prejudicada. Por isso, há necessidade de se dar condições de sobrevivência à lavoura por meio de irrigação, poços artesianos ou outros sistemas aplicáveis na região, evitando essa situação de eterno sobressalto, na iminência de tudo se perder, por falta de apoio do Governo para irrigação.

Agora, o açúcar. Nas áreas não sujeitas às secas, os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e possivelmente outros, têm condições de produzir açúcar em larga escala. No panorama

mundial, temos a seguinte estimativa para produção de 1970:

Brasil .....	4.578.000 t
e, para comparação, o	
México .....	2.086.000 t

Por ai se nota que o México tem bem menos da metade do que a produção do nosso país. No entanto, na distribuição das quotas de importação por parte dos Estados Unidos foi aquinhoados, nas do primeiro trimestre d'este ano, com uma maior do que a brasileira. Veja-se: México, 131.268 toneladas, Brasil, apenas 120.018. Isso apesar de suas leis nacionalistas rigorosas. Esta política do Exterior reflete negativamente sobre a lavoura canavieira dos Estados nordestinos. O primeiro produtor do mundo é Cuba, com 7.256.000 t, seguida do Brasil e da Índia, esta em terceiro lugar com 4.515.000 t.

Vamos ao caso da juta. Sua produção decaiu a cada passo. A safra de 1969, inicialmente estimada em 54.000 t, não chegou a 50.000, insuficiente para atender um consumo das indústrias, da ordem de 65 a 70.000 t, obrigando-nos a importá-la da Ásia, e com dispêndio de cerca de 4,2 milhões de dólares. E por ai nós vamos.

Vem agora o caso da borracha. Todos sabemos que a borracha natural já concorre com a sintética. A produção desta última representa atualmente 65% do consumo e o restante para a natural. No Brasil, ai está uma boa aplicação para os incentivos regionais, pois aqui o consumo e a produção estão crescendo, sendo que esta não está acompanhando aquela e tem sido importada quantidade razoável do Exterior. O fornecimento de borrachas vegetais naturais foi de 23.950 t, em 1969, e a sintética de 51.507 t. O Anuário de 1968, da ONU, nos dá o lugar do Brasil na produção mundial. Menos de 1%, pois, enquanto a mundial foi em 1967 de 2.490.000 t., a do Brasil foi de apenas 21,2 mil, apesar das áreas fabulosas que tem. O primeiro produtor foi a Malásia, com 948,2 mil, seguida da Indonésia, com 214 mil, do Ceilão, com 143,2 mil e de outros menores.

A que situação, Srs. Senadores, está relegado o campo no Brasil? E no Nordeste e Norte? Especialmente nestas regiões, vive em penúria extrema. No mundo, porém, de há muito que profunda transformação atingiu a ativi-

dade campestre, tanto que, nos Estados Unidos, uma só hora de trabalho agrícola produz o quádruplo do volume de 1935, quando cada trabalhador na agricultura apenas produzia alimentos para cerca de 10 pessoas. Graças à variedade de produtos a escolher, o consumidor norte-americano dispõe apenas 18% do seu salário na alimentação, quando, há duas décadas, gastava 26%. E, no Brasil, este número deve ser cerca de 45%.

Ainda somos um país que tem 39,5% de analfabetos, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, e ainda nada menos de 54,2% da força de trabalho estão no setor primário. É preciso libertar o nosso povo, principalmente os que vivem nos campos da ignorância e do analfabetismo. Neste ponto, só podemos elogiar o nosso Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Pasarinho, que está seguindo um caminho certo e necessário.

#### DESNACIONALIZAÇÃO, UM PERIGO

Se todo o País vem sofrendo os efeitos danosos da chamada desnacionalização, quanto não deve estar o Nordeste e o Norte que são mais pobres? Este, um assunto muito importante. Vejamos. Por que razão mesmo as nações pequenas em todo o mundo estão tomando urgentes providências contra a ação do capital estrangeiro? Agora mesmo, além das recentíssimas medidas tomadas pela Somália, do Ceilão e de Zâmbia, temos junto a nós a Argentina, resistindo a dar empréstimos bancários a companhias estrangeiras e dificultando a transferência excessiva de lucros para o Exterior. Restringindo-nos à América do Sul, temos o exemplo do Chile, onde as duas principais minas de cobre da Anaconda foram nacionalizadas a 1º de janeiro último. O complexo chileno, que era totalmente dessa empresa, representa uma imensa produção de 307 mil toneladas, em Chuquicamata, e 95 mil em El Salvador. É bom assinalar que o presidente da Anaconda, quando consultado a respeito, afirmou que essa "chilenização" foi "a melhor transação possível nas circunstâncias", aceitando, assim, o acordo com o Governo chileno. No caso do Peru, todos sabemos o que foi feito. Além das nacionalizações conhecidas, agora mesmo

acaba de fazer idêntica coisa com as transações que envolvam a carne de peixe e óleo de pescado. Ademais, também planejou e promulgou uma Lei de Minas, onde o governo participa das principais indústrias básicas, consideradas de interesse nacional. E, para se ter mais nítida idéia da orientação imposta ao país pelos militares revolucionários, basta ver o pronunciamento do presidente peruano no VI Congresso Latino-Americano de Industriais, realizado em Lima. Depois de estabelecer uma marcante posição nacionalista para o seu país e um enfoque da América Latina, disse Sua Excelência a certa altura:

"A inversão estrangeira deve sujeitar-se às leis de cada país e servir aos fins promocionais do desenvolvimento nacional, respeitando limitações operativas que impeçam sua utilização como ferramenta de pressão política, e aceitando o controle do Estado, como garantidor dos seus legítimos direitos, mas também como zeloso defensor dos interesses de nossos povos."

E, no Brasil, o que se passa?

Deste plenário mesmo já denunciamos suficientemente este processo em nosso discurso de 21-8-68, e, naquela época, baseado em informações da revista Fortune, de setembro de 1966, vimos que, nesse ano, dos 100 maiores grupos industriais do Brasil, 62 pertenciam ao capital estrangeiro. E, de lá para cá, tem continuado acentuadamente a desnacionalização. Agora mesmo, na Serra dos Carajás, no Pará, está sendo dirigida, não sabemos por quem, talvez nem seja por brasileiros, a pesquisa de minério de ferro e onde uma firma estrangeira — a U.S. Steel Corp. — está açambarcando 49%. A bauxita, do Rio das Trombetas, no mesmo Estado, já está nas mãos da Alcan, que tem um programa de exportação de 1 milhão de toneladas ao ano, quando devia ser exigida a sua industrialização por quem de direito, ou pelo Governo, ou por um convênio de firmas estabelecidas no País. Esperamos que tal não suceda com o estanho, de Rondônia e outras zonas, porque sabemos que providências estão sendo estudadas para evitar tal coisa pelo Ministro Dias Leite. Por outra parte, não devemos esquecer

que a maior parte do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais já está nas mãos dos estrangeiros. Ainda há mais. Recentemente, recebemos convite para subscrever ações em projeto de salgema da **Du Pont**, constituindo-se no maior investimento externo na área da SUDENE, aproximadamente 70 milhões de dólares, e com incentivos fiscais. Há também o caso da **Dow**, que adquiriu a **Bakol**, com grandes planos de investimentos, inclusive para uma fábrica adicional de poliestireno para 40.000 t/anoais. Agora mesmo, no Rio G. do Sul, a **Union Carbide** pretende inaugurar um complexo petroquímico, num investimento superior a 65 milhões de dólares.

Esse complexo nunca deveria ser da **Union Carbide**, e sim da **PETRO-BRAS**.

Senhores Senadores, temos observado que é raro o mês que não há encampação de empresas brasileiras por estrangeiros, pelas facilidades encontradas em adquirir empresas locais. Muitos dos que as vendem são homens que desejam viver sem trabalho e dificuldades, desperdiçando, muitas vezes, até mesmo o legado de seus antepassados e que o conseguiram a duras penas. Em alguns casos, o dinheiro para compra é proveniente das próprias empresas alienígenas deficitárias e que foram vendidas ao Governo.

**O Sr. Edmundo Levi** — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento do orador.**) — Sr. Senador, aguardei o desenrolar do seu discurso para ter uma visão de conjunto dos problemas que V. Exa. tão proficientemente está abordando. E V. Exa. chega ao ponto em que mostra o panorama de desânimo que se vai alastrando no meio empresarial brasileiro. Muitos são os homens que estão passando adiante, vendendo as suas empresas. V. Exa. começou pela isenção e ingressou depois nos incentivos fiscais. Acredito, nobre Senador, que em certas áreas como as da SUDAM e da SUDENE, as isenções locais tenham um objetivo — errado, naturalmente, mas têm um objetivo — compensar um grave fato que, segundo denúncias, que não posso apurar porque não tenho condições para isso, está ocorrendo: os incentivos fiscais estão servindo para enri-

quecer, não aquêles que vão empreender na região da SUDAM ou da SUDENE, mas sobretudo àqueles que descontam do Imposto de Renda e depositam nos bancos. Porque, hoje, esse capital só é aplicado depois de obtido o consentimento daquele que descontou do Imposto de Renda. Pois bem, Srs. Senadores, as denúncias que tenho, as informações que tenho, dentro da área da SUDAM e da SUDENE, é de que esses capitais somente são autorizados a serem aplicados em determinado projeto, mediante propina, mediante um percentual ao dono do capital. Não disponho, evidentemente, de meios para apurar tais fatos. Quero, neste magnífico discurso de V. Exa., inserir esta denúncia para que o Governo Federal, que dispõe de elementos, mande verificar o que realmente ocorre. Porque na zona da SUDAM ou da SUDENE, quando se inicia uma atividade, esta já é onerada em cerca de 30% por causa das propinas que os donos de capitais exigem para investimento. De maneira que não há brasileiro que possa investir, possa iniciar uma coisa séria na região. O estrangeiro que não traz capital, utiliza esse dinheiro, o que ele investe é lucro e para nós é prejuízo. De maneira que, nobre Senador José Ermírio, o panorama que V. Exa. está descrevendo deve servir de alerta ao Governo para que investigue todos esses aspectos e determine as providências necessárias, sobretudo nesta situação do dinheiro descontado do Imposto de Renda, que não deve ficar sujeito ao consentimento daquele que descontou e sim à disposição do Governo, para ser aplicado. Não quero, entretanto, alongar-me neste aparte, senão abordaria o aspecto da borracha, por exemplo, mas o farei em outra oportunidade. Desejava apenas inserir, no discurso de V. Exa., esta denúncia que não posso apurar, mas que o Governo poderá fazê-lo para corrigir a legislação dos incentivos fiscais, a qual não está, realmente, produzindo lucros para a nossa região, mas descapitalização e enriquecendo aquêles que já são muitos ricos.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Sou grato a V. Exa., Senador Edmundo Levi. Os fatos estampados por V. Exa. são realmente importantes e providências devem ser tomadas a fim de evitar esses abusos que causam incalculáveis

prejuízos em toda a Região Norte-Nordeste.

(Continua lendo.)

Pesando sobre a economia nacional, a **desnacionalização** atinge ainda mais a combalida economia nordestina e nortista, uma vez que as maiores empresas estão em mãos de estrangeiros e para elas são canalizados a maior parte dos incentivos. Por estas razões, Senhores Senadores, é que endereçamos mais esta importante sugestão ao Governo Federal, para se evitar a **desnacionalização** dessas regiões: proiba a concessão de incentivos da 34/18 e da 13/13 às empresas que não tenham pelo menos 2/3 de capital brasileiro. Do jeito que vai, brevemente as empresas alienígenas completarão um ciclo no qual apossar-se-ão da maior parte dessas regiões, graças as facilidades que encontram.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Com muita prazer.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Peço licença para interromper o nobre Senador, a fim de trazer um fato positivo relativamente ao Nordeste. Uma empresa originalmente de capital fluminense, a **Nolar**, cometeu a temeridade patriótica de produzir geladeiras no Nordeste. Conseguiu patente americana da **Kelvinator** e sofreu a chamada guerra de preços por parte de outra empresa de capital não brasileiro, um grupo poderoso, porque pertence ao Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, que chegou a ser o quinto banco do Brasil. Ninguém pode concorrer com a **General Electric** ou com outras empresas desse porte. O resultado é que houve o aviltamento dos preços e, praticamente, o estrangulamento de uma indústria tipicamente brasileira, embora com nome estrangeiro, mas os compressores, inclusive, eram fabricados na capital do meu Estado, em Niterói. O resultado é que hoje esta não existe mais. E logo que a **Nolar** entrou com seu pedido de concordata, o recifense, o alagoano, o sergipano, em toda área do Nordeste, passou a pagar duas ou três vezes mais pela geladeira. Essa guerra econômica é terrível, e a nossa indústria não é defendida. E eu, V. Exa. val-me permitir que mais

uma vez diga, eu que me estou despedindo do Senado, aqui deixo, uma vez mais, uma palavra sincera, pois não quero, de maneira alguma, fazer teatro nem jogada para as galerias — no sentido de declarar que estou partindo do Poder Legislativo por motivos respeitáveis. Inclusive, um deles é viver ao lado da minha família. Queria, pois, dizer a V. Exa., que gostaria que essa luta empreendida continuasse, porque essa indústria sem pátria não pode ter assento aqui na nossa terra. Estou entusiasmado com as medidas tomadas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. Mas o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Conselho de Segurança Nacional, o Serviço Nacional de Informações, todos esses órgãos, correlacionados no interesse do País, têm que olhar esse caso particular que, neste instante, aponto a V. Exa., da firma Nolar, em Pernambuco, levada a concordata, eufemismo de falência — pela guerra de capitais alienígenas. Apresentei um projeto, justamente, determinando que o nome "nacional" só seja adotado para as empresas na-

cionais, com capital nacional ou, então, sociedades de economia mista, para evitar isso. Temos uma falsa indústria nacional — com nome nacional verde-amarelo, acabando com o esforço de homens como V. Exa., que vivem de teimosia. Sou homem da ARENA, não do MDB. Portanto, não há política no caso. V. Exa. é um exemplo típico daquilo que representa a coragem para enfrentar as investidas do capital sem pátria em nossa terra.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Sou muito grato a V. Exa., Senador Vasconcelos Torres.

O caso da Nolar é assunto da mais alta importância. O Governo devia tomar providências imediatas, a fim de verificar a razão da intromissão indébita de empresas estrangeiras, bem como fechar aquela fábrica em Recife.

(Retoma a leitura.)

Veja-se a que ponto estamos nos desnacionalizando. Segundo o *Jornal do Brasil*, de 21 de abril último, temos o seguinte quadro, referente às 10 maiores empresas de cada ramo:

#### Companhias (%)

	Est.	Nac.	Estatais
Bens de Capital .....	72,61	27,39	—
Bens de consumo duráveis .....	78,32	21,68	—
Bens de consumo não duráveis .....	53,38	40,25	6,37

Por aí se conclui que o empresário brasileiro já participa de área econômica com apenas 19% nelas, segundo estudo de um grupo de empresários do Rio e São Paulo. É portanto uma situação alarmante a requerer imediatas providências.

Onde estão, Srs. Senadores, os responsáveis pela desnacionalização? Ninguém o sabe. Sabemos apenas que homens de realce no primeiro governo revolucionário, como alguns Ministros, Embaixadores e outros, já de há muito estão empregados em companhias estrangeiras e, por esta razão, achamos que o atual Governo poderá encontrar dificuldades em estabelecer este índice mínimo de 2/3 de participação de capital brasileiro nas empresas. Felizmente, tais cidadãos estão hoje, fora do Governo.

Na área das financeiras o capital estrangeiro também já penetrou. Este, outro assunto de grande importância.

rão de 7,5% a.a. para os prazos até 1975 e 5,8% para os até 1980. O Canadá acaba de reduzi-los para menos de 7% ao ano.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes defeitos de muitos brasileiros, conforme já salientamos em conferências em universidades e associações de classe, tem sido o de demonstrar excesso de grandeza, orgulho e bem-estar, que nós os consideramos diretamente proporcionais à sua ignorância. Um país como o nosso não comporta exteriorizações de futilidades, nem gastos desnecessários. Somos uma nação carente de desenvolvimento, de economia em mutações, precisando se afirmar definitivamente. Temos entre nós profunda disparidade na distribuição da renda nacional, crescemos em população cerca de 3% ao ano e contamos com inúmeros problemas a resolver. Toda pessoa, por mais rica que seja, deve examinar os seus gastos pessoais, evitando inúteis aparências e procurando empregar as sobras em coisas úteis ao interesse nacional, conhecer de perto as necessidades do País e melhorar de vida os que trabalham, pois é muito grande a classe sofredora. Basta dizer que a renda média per capita anual do brasileiro está em torno de 340 dólares, enquanto outros países da mesma faixa em desenvolvimento a tem muito maior, sem falar nos altamente industrializados. Na distribuição da renda nacional, consultamos o *Correio da Manhã*, de domingo, dia 31 de maio, por onde notamos que ela está em poucas mãos. Basta dizer que 1% da população absorve 28,05% e nada menos de 90% de brasileiros pobres recebem somente 46,5% dela e onde mais de 80% da população recebe menos do que o salário-mínimo da Guanabara. No Nordeste, então, nem se fala. Lá estão 22,09% da população brasileira que, no entanto, absorvem apenas 10,06% da renda nacional.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Com muito prazer.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Exa. encerrando, acredito, as suas considerações, pinta um quadro de dificuldades por que atravessa o País. Realmente e obviamente, ainda não atingimos a dimensão plena da emancipa-

ção econômica dêste País. Estamos ainda pagando, digamos assim, o ICM do sacrifício por sermos um País de dimensões continentais e, também, pela acumulação agressiva de erros governamentais, no passado cometidos. Mas, concordando em que ainda estamos vivendo um período de dificuldades, dificuldades estas que o povo ainda viverá durante algum tempo, eu colocaria, na sua comprovada honradez, esta pergunta, Sr. Senador José Ermírio: o País, depois de março de 1964, melhorou ou piorou na sua estrutura sócio-econômica?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Ninguém pode negar que o País melhorou. Nisto tenho que fazer justiça à Revolução. Entretanto, houve casos, conforme V. Exa. conhece, comentados no Plenário desta Casa, como os da compra da AMFORP, da Telefônica, do acordo de Washington e outros desnecessários, que não deveriam ter existido.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Exa. verifica, quando fala em inflação, que ainda há incidência inflacionária e haverá durante muito tempo. Aliás, os Estados Unidos já estão com esse problema na taxa de 12%, se não me engano. Em 1964, no campeonato internacional da inflação, o Brasil só perdia para a Indonésia...

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Eu declaro isto num discurso aqui no Senado. Não sei se V. Exa. está lembrado.

**O Sr. Eurico Rezende** — ... numa taxa de 10%; no Brasil, o índice não chega a 30%. Isto foi uma conquista da Revolução. Mas agradeço a V. Exa. a resposta que deu à minha pergunta, que para mim foi apenas uma notícia, não uma surpresa, porque conheço a honradez, sobretudo a isenção de V. Exa. no exame do problema. O País está melhorando, e melhorando estugantemente.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Estou de pleno acordo com V. Exa.

(Lendo.)

Então, num País como éste alguém pode se dar ao luxo de ostentar riqueza?

Precisamos lutar para aumentar a renda per capita do País e seu produto nacional bruto. Só assim, pagando os impostos é que retiraremos o Brasil da situação incômoda que, freqüentemente, o obriga pedinchar auxílio no Exterior.

**O Sr. Attilio Fontana** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Com muito prazer.

**O Sr. Attilio Fontana** — Estou ouvindo o magnífico discurso de V. Exa., em que aborda problemas e tece considerações sobre o desenvolvimento do País, principalmente sobre a necessidade de se conseguir melhorar o padrão de vida de, aproximadamente, 80% da população brasileira, que sequer recebe o salário-mínimo. Este é um problema muito sério. Evidentemente, não é fácil elevar o padrão de vida dessa massa de analfabetos, que não tem uma profissão definida. Mas, a verdade é que, nos últimos anos, o Brasil tem progredido. Haja vista as nossas exportações, que praticamente duplicaram nos últimos 6 ou 7 anos. Os produtos manufaturados, por exemplo, que estamos exportando, representam grande parte de mão-de-obra. E as nossas indústrias também têm se expandido bastante.

Ainda ontem, tive a grata satisfação de assistir à inauguração do complexo industrial da Ultrafertil, em que sete indústrias integradas vão duplicar a produção de fertilizantes. Com adubos poderemos recuperar as nossas terras cansadas, empobrecidas, onde vivem os nossos patrícios um padrão de vida modesto. V. Exa. está fazendo considerações judiciosas. Com elas concordamos, em princípio, mas devemos reconhecer que o Governo está fazendo um grande esforço, quer seja o Sr. Presidente da República, traçando a orientação, quer sejam seus Ministros e auxiliares, procurando dar cumprimento a essa orientação que nos parece bastante judiciosa e sensata. A perdurar, como esperamos, dentro de mais alguns anos o Brasil se tornará uma potência respeitável pelo seu desenvolvimento, pela sua riqueza. Esperamos que, unidos, possamos ser fortes.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Agradeço o aparte do nobre Senador. A indústria que V. Exa. viu inaugurada ontem poderia ser totalmente de brasileiros. Durante a reunião do GEIQUIM o Governo declarou que não dava aval, forçando a sair da luta todas as empresas brasileiras que lá compareceram e, depois de um mês, o nosso Ministro da Fazenda embarcou para Washington e deu

aval de 40 milhões de dólares para esse grupo. São erros como esse que não poderia deixar de citar, no Senado.

**O Sr. Attilio Fontana** — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador.) — O Governo não poderia deixar de dar o aval a essa indústria.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Se afirmou que não dava o aval, por que o concedeu posteriormente?

**O Sr. Attilio Fontana** — Certamente, havia exigências a serem cumpridas.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Não, nobre Senador. A reunião do GEIQUIM foi séria, estabeleceram-se princípios, que não foram seguidos. Conheço demais o assunto e já fiz discurso focalizando este tema aqui no Senado.

**O Sr. Attilio Fontana** — A uma indústria da categoria da ULTRAFERTIL o Governo não poderia deixar de dar apoio, mas outras devem surgir.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** — Assim o desejamos.

Essa indústria tem uma vantagem: pôrto próprio, utilizando o canal dragoado pela COSTIPA. Entendo que nenhuma empresa estrangeira deveria possuir pôrto próprio no Brasil.

(Retomando a leitura.)

“Este, um alerta a todos os bons brasileiros que desejam um País forte, bem administrado e respeitado em todo o mundo.

Por estas razões é que temos aconselhado o Governo Federal, os estaduais e municipais, a não concederem favores a empresas que não contribuam pagando os tributos devidos para amparar as regiões onde estão situadas, pois elas não servem nem devem ter garantias de instalações no País, tratando somente de interesses próprios. Nos dias em que vivemos, já não se concebem mais tais empreendimentos, pois as concessões, que no fundo vêm lesar o fisco, prejudicam as regiões e constituem o que podemos chamar de **enriquecimento ilícito consentido**, em razão de articulações interesseiras de grupos que, a mais das vezes, são apoiados pelos próprios políticos e governos locais.”

Sr. Presidente e Srs. Senadores, peço desculpas pelo alongamento dêste discurso, mas eu me senti no dever de fazê-lo, pois que o Brasil precisa estudar muito bem os seus problemas,

a fim de equacioná-los em bases verdadeiramente nacionais para que, no futuro, nossos filhos e netos possam respirar e trabalhar livremente em nossa terra.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Tôrres) — Tem a palavra o nobre Deputado Waldemar Alcântara.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA** (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o assunto é Nordeste. É seca. Ou mais precisamente: é irrigação. E déle nos ocupamos para nos desfazer de compromisso tomado quando, em aparte ao ilustre Senador José Ermírio, que na ocasião mostrava a sua estranheza ante o descaso, ou atraso, ou incúria em que permanece o problema da irrigação do Nordeste brasileiro, nos propusemos a tratar da questão sob alguns aspectos ainda não suficientemente esclarecidos, ou pouco divulgados, até agora restritos aos técnicos ou às pessoas mais diretamente interessadas.

É o que procuraremos fazer, embora muitas vezes tenhamos de repetir lugares comuns, chavões, verdadeiros truismos, válidos pelo que representam como força de convencimento.

O assunto é sempre oportuno e tem sempre estado presente nos debates suscitados nesta Casa relativos à economia nordestina, mormente agora quando, desgraçadamente, se abate sobre a região nova crise climática com grave repercussão na sua frágil economia, a despeito do esforço desenvolvido pelas agências governamentais empenhadas na remoção de todos os fatores que condicionam a pobreza dos seus habitantes.

É mister que se proclame, embora alguns analistas continuem a levantar dúvidas quanto ao surto de progresso identificado no Nordeste, que a região vem significativamente mudando de fisionomia, descortinando novas e promissoras perspectivas, assim do ponto de vista social, como do ponto de vista econômico.

As tensões sociais amainaram e ali já não se registram ou não se registraram as greves, as desordens e a violência, freqüentes em certa fase da evolução social e política da região.

Quanto ao desenvolvimento econômico, são bastante eloquentes os indícios levantados pelos economistas que se têm ocupado do assunto, sendo de salientar a taxa de crescimento do Produto Regional Bruto, maior que a do Brasil, o que mostra que a economia nordestina expande-se em ritmo mais acelerado que a nacional. As velhas indústrias modernizam-se e muitas outras são implantadas. A agricultura cresce e a pecuária aumenta. A mão-de-obra ociosa vai sendo aos poucos absorvida, tanto nos setores primário e de serviços, como no industrial.

São registros que fazemos sem contudo pretender concluir que a problemática nordestina esteja devidamente equacionada. Ao contrário, "a mão-de-obra excessiva e mal remunerada no campo, a agricultura primitiva e de baixa produtividade e a industrialização emergente que só poderá manter mercado para a sua produção com a ampliação da renda, continuam a configurar o Nordeste como sendo "o mais pobre país do hemisfério", segundo o ensinamento de conceituado economista".

De qualquer modo, porém, a ação da SUDENE e a assistência creditícia do Banco do Nordeste tiveram, desde logo, o mérito de infundir ânimo novo na alma sofrida dos habitantes da região, despertando-lhes novas esperanças em contraste com a descrença, o desânimo e a revolta, sentimentos até há pouco dominantes no seu comportamento.

De certo, outras medidas, quer em relação à política de industrialização, quer em relação ao setor primário, terão de ser adotadas visando não só a corrigir distorções já evidenciadas, como também a desenvolver ou implantar novos programas, dentre os quais avulta, pela sua significação e pela sua urgência, o da irrigação, tema principal deste nosso despretensioso discurso.

Comecemos pela sua história, que se confunde com a história das secas e é a própria história do DNOCS.

A ação oficial remonta ao Império. Foi D. Pedro II, com efeito, quem deu o primeiro passo para a identificação do problema nordestino. Em 1857 foi constituída uma Comissão Científica composta, entre outras pessoas, pelo poeta Gonçalves Dias, o botânico Frei-

re Alemão — talvez a sua maior figura — e os engenheiros Manuel Ferreira e Raja Gabablia, com o objetivo de realizar na região estudos climáticos, geológicos, botânicos e etnográficos. Infelizmente a documentação e o material colhido pela Comissão veio a extraviar-se, por sinal que no naufrágio de um navio ocorrido nas costas do Ceará, não se conhecendo o seu relatório e conclusões finais. Ainda no Governo Imperial foi convidado o engenheiro francês Dr. Jules Revy para proceder o estudo das obras para irrigação e dos açudes Cedro, Lavras e Itacolomi, tendo sido o primeiro deles concluído em 1906.

As providências governamentais sofreram através dos tempos períodos de intensificação e intermitência, mas sempre eram retomadas toda vez que nova calamidade atingia as populações nordestinas.

Na República, várias e importantes iniciativas foram tomadas visando à recuperação do Nordeste. Citaremos as seguintes:

- 1) IFOCS, hoje DNOCS — criada em 1909, com amplas atribuições para lutar contra as secas;
- 2) C. V. do São Francisco — de 1951, SUVALE, hoje, com a incumbência de atuar no respectivo vale, superpondo-se não raro às próprias atribuições do DNOCS;
- 3) CHESF — destinada à geração e distribuição de energia elétrica para atendimento às necessidades da região, constituindo-se em fator básico para a industrialização do Nordeste;
- 4) BNB — agência de desenvolvimento criada com o objetivo de gerir os recursos constitucionais reservados a empréstimos a agricultores e industriais localizados na área abrangida pelas secas e ampliar a assistência financeira aos empreendimentos produtivos, já se tendo firmado como excelente instrumento no fortalecimento da economia regional;
- 5) ETENE = CODENO = SUDENE — frutos das atividades iniciais do BNB que, contando com a valiosa colaboração do economista Stefan Robock, se lançou ao estudo da economia do Nordeste, à organização de projetos e ao preparo de pessoal;

6) UNIVERSIDADES — de duas que eram até 1950, multiplicaram-se por todo o Nordeste, estando-lhes reservado destacado papel na formação do pessoal técnico de que é carente a região:

7) COHEBE — que acaba de inaugurar a usina hidrelétrica de Boa Esperança com múltiplas finalidades para o desenvolvimento do Piauí e Maranhão, tais como: fornecer energia elétrica, promover a irrigação, incentivar a pesca, favorecer a navegação fluvial e melhorar o padrão de vida das comunidades na sua área de atuação;

8) ORGANISMOS INTERNACIONAIS — Missão Azimov, Missão Francesa, Nações Unidas, BID, Aliança para o Progresso, USAID, também não se têm furtado a colaborar com o Governo brasileiro no seu esforço de recuperação do Nordeste;

9) PETROBRAS — Entidade de economia mista fundada para estudar e explorar o petróleo no País, obteve sucesso nas atividades exploratórias na Bahia, Sergipe, Alagoas e Maranhão;

10) GOVERNOS ESTADUAIS — Igualmente não ficaram indiferentes aos problemas regionais e cuidaram de elaborar planos de desenvolvimento, projetos e estudos visando a racionalizar as administrações e promover o progresso nas suas jurisdições.

Ora, Srs. Senadores, ai está um elenco de instituições ou de organizações, todas com inegáveis serviços prestados ao Nordeste, sem que contudo a região prospere e se desenvolva pelo menos na medida de suas angustiantes necessidades.

Não está no nosso propósito examinar a atuação de cada uma delas; limitar-nos-emos a focalizar o DNOCS, sem dúvida o principal responsável pelas obras e pelos programas de desenvolvimento do Polígono.

Evidentemente não poderemos fazê-lo na amplitude de todas as atividades exercidas pelo Departamento, cingindo-nos especialmente ao problema da irrigação sem, todavia, deixar de enumera alguns itens que muito credenciam o órgão à nossa admiração e ao nosso reconhecimento.

Destacaremos, entre outros, os seguintes:

1 — Açudagem — Conta o DNOCS com 250 açudes públicos, represando 11.292.255.000 m<sup>3</sup> afora 610 pequenas barragens construídas em cooperação com particulares, acumulando 1,3 bilhão de m<sup>3</sup> de água.

A distribuição dos reservatórios públicos por Estado e volume d'água é o seguinte:

#### VOLUME D'ÁGUA REPRESADA NOS AÇUDES PÚBLICOS

Estado	N.º de Açudes	(Volume (1.000 m <sup>3</sup> )
Piauí .....	12	172.641
Ceará .....	57	6.872.262
Rio Grande do Norte .....	45	515.094
Paraíba .....	39	2.446.257
Pernambuco .....	31	731.129
Alagoas .....	23	56.725
Sergipe .....	11	18.853
Bahia .....	28	400.178
Minas Gerais .....	4	79.116
<b>TOTAL .....</b>	<b>250</b>	<b>11.292.255</b>

2 — Piscicultura — Pelo menos 88 açudes foram peixados.

Sua produção é superior a 12 toneladas anuais de pescado, num valor de mais de 8 milhões de cruzeiros, tal como a seguir se discrimina:

#### AÇUDES PÚBLICOS PEIXADOS

Estado	N.º de Açudes	Produção de Pescado (t)	Valor de Produção (Cr\$)
Piauí .....	7	136,4	108.565
Ceará .....	37	8.845,1	5.582.673
R. G. do Norte .....	9	331,0	245.158
Paraíba .....	11	1.912,0	1.339.252
Pernambuco .....	9	654,0	559.854
Alagoas .....	6	47,0	65.255
Sergipe .....	1	14,5	10.175
Bahia .....	7	496,5	323.002
Minas Gerais .....	1	0,3	197
<b>TOTAL .....</b>	<b>88</b>	<b>12.436,8</b>	<b>8.234.131</b>

3 — Eletrificação — Existem 9 usinas hidrelétricas instaladas com a potência gerada de 12.215 KVA, sendo 5 no Ceará, 2 na Paraíba, uma em Minas e outra na Bahia, conforme o quadro abaixo:

Açude	Estado	Potência Gerada KVA
Araras .....	Ceará	5.000
Pereira de Miranda .....	Ceará	260
Aires de Souza .....	Ceará	250
General Sampaio .....	Ceará	420
Caxitoré .....	Ceará	415
Engº Avidos .....	Paraíba	160
Estevam Marinho .....	Paraíba	5.000
Estreito .....	Minas	460
Jacurici .....	Bahia	250
<b>Total</b>		<b>12.215</b>

4 — Linhas de transmissão — Partindo das usinas geradoras estendem-se num total de 650 quilômetros.

5 — Rodovias — Foram construídos 12.150 km de estradas pioneiras que se espalham por todo o Nordeste, facilitando as comunicações e a integração regional.

6 — Saneamento — Implantou o órgão 145 serviços de abastecimento de água, beneficiando 181 cidades, num total aproximado de 1.500.000 pessoas.

**7 — Poços tubulares** — Foram perfurados 6.872 com uma produção horária de 29.933.950 litros.

**8 — Canais de irrigação** — Foram construídos 751,17 km. que se distribuem por 11.121 ha.

**9 — Outros serviços** — Postos de puericultura — 3; campos de pouso — 76; postos agrícolas — 14.

Como se vê, dentre as inúmeras realizações do Departamento das Sécas acima relacionadas, destacam-se pela sua expressão numérica as obras de açudagem, fruto da política hídrica por muito tempo recomendada pelos órgãos oficiais incumbidos do combate às sécas e inspirada no raciocínio simplório e enganoso de que a solução para o problema residia no represamento das águas dos mais importantes sistemas hidrográficos regionais.

Do historiador e sociólogo José Aurélio Câmara transcrevemos: "Se a terra escaldava ao sol inclemente, se a lavoura morria à falta de umidade, se não havia água para segurar as pastagens, se o gado e o próprio homem morriam de sede, era evidente que a retenção da água a qualquer preço surgiria como providência primeira no tratamento do problema." E mais adiante: "Dentre as formas de ação previstas, a açudagem estava destinada a ter predominância sobre qualquer outra, e não tardou em transformar-se numa solução exclusiva para o problema do Nordeste. Na agenda do trabalho da repartição a solução hidráulica firmava-se como preocupação única e definitiva num problema em que a água figurava apenas como uma de suas múltiplas variáveis. Da mística da açudagem, da preocupação imperativa de barrar os cursos d'água para obtê-la a qualquer preço, haveria de resultar a impropriedade e inutilidade de muita obra, pois é evidente que não é simplesmente a água que interessa, mas a água socialmente útil."

Se o problema do Nordeste fosse apenas de água, "não veríamos às margens do São Francisco as populações mais miseráveis do Brasil, nem o Maranhão úmido seria mais pobre que o Ceará seco", diz Guimarães Duque, com incontestável autoridade.

Convencido afinal o Governo da ineficácia da terapêutica até então prescrita, começaram de ser revistos

os conceitos dominantes, segundo os quais o combate às sécas restringia-se às obras de engenharia e aos socorros de urgência. Foi quando na seca de 1951 visitou o Nordeste o então Ministro da Fazenda, Sr. Horácio Lafer, que se fazia acompanhar de seu colega, Senador João Cleofas. Da visita, resultou um relatório ao Presidente da República do qual destacamos ser sugestivo o seguinte trecho:

"O combate às sécas, através de obras de engenharia como as projetadas, ou as de emergência, como a que se vai fazer no momento, será sempre improutivo se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional, mediante o amparo às suas atividades econômicas. Tenho a impressão de que, no combate às sécas até agora feito, muitas vezes a preocupação de engenharia ou das obras hidráulicas sobrepujou o lado econômico propriamente dito."

A denúncia oficial da política hidráulica exclusivista marcou uma nova era na conceituação da problemática nordestina. A mudança de entendimento e de atitudes não demorou. E começaram de surgir novos instrumentos de combate à pobreza e à miséria nordestinas, tais como o Banco do Nordeste, o ETENE e a SUDENE, todos voltados para o fortalecimento da economia regional — problema fundamental do Nordeste — abrindo-lhe novas clareiras e rasgando-lhe outras perspectivas.

O próprio DNOCS, agora sob a esclarecida direção do engenheiro José Lins de Albuquerque, e contando com o decidido apoio do Ministro Costa Cavalcante, foi sensível às novas idéias, reorganizou-se, reformulou os seus objetivos, traçou novos programas que se dispõe a executar, servido por inestimável experiência, valioso acervo de conhecimentos e rica infraestrutura hidráulica, que lhe garantem o êxito de realizações mais adequadas e produtivas.

O seu grande objetivo, a sua meta prioritária, preocupação constante de seu ilustre e dinâmico diretor, é o encaminhamento acertado do problema específico da irrigação.

As linhas de ação a seguir já estão traçadas e constam de substanciosos

documento ou plano de trabalho que ele mesmo apresenta como sendo a "tradução, em termos de cronograma de trabalho e investimentos, da nova filosofia de ação do DNOCS em sua área de atuação no quadriênio 1970/1973". E esclarece que "visando, sobretudo através da irrigação, o progresso sócio-econômico do homem nordestino, objeto primacial dos seus 60 anos de atividades, o DNOCS com essa programação integra-se verdadeiramente na orientação que o Ministério do Interior vem imprimindo à sua política de desenvolvimento e integração nacional".

O plano é ambicioso e pretende recuperar em curto prazo o tempo perdido em atividades diversificadas que pouco representam no contexto do problema. Já foi apresentado à SUDENE e no momento encontra-se em exame no GEIDA (Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário) de âmbito interministerial, que, infelizmente, segundo notícia a imprensa, ainda não se capacitou da urgência requerida pelo assunto.

Abrange 29 vales e se desdobra em 48 projetos que se localizam do Piauí a Minas Gerais, compreendendo a recuperação de vários projetos em operação e outros tantos em fase de implantação. Não cabe, por certo, no âmbito deste trabalho fornecermos detalhes quanto a cada um dos projetos, mas dispomos-nos a atender à curiosidade dos Srs. Senadores que desejarem conhecê-los.

O montante das despesas previstas eleva-se à cifra de 928 milhões de cruzeiros, em números redondos, distribuídos nas seguintes rubricas:

	milhões
Irrigação .....	535
Pesquisa .....	18
Piscicultura .....	4
Engenharia rural .....	10
Cooperação .....	9
Formação do pessoal ..	4
Administração .....	348

O cronograma de desembolso prevê para 1970 — 120 milhões; para 1971 — 256 milhões; para 1972 — 277 milhões; e para 1973 — 276 milhões.

Os objetivos visados e constantes da apresentação do Plano podem ser assim resumidos:

**1 — Iniciar o aproveitamento da obra de infra-estrutura hidráulica já existente no Nordeste, permitindo-lhe**

render, a curto prazo, os benefícios econômicos e sociais a que se destina.

**2 — Dar continuidade aos estudos dos vales do Nordeste, elaborar e implantar projetos resultantes desses estudos.**

**3 — Complementar várias barragens com obras consideradas indispensáveis, necessárias à segurança dos maciços, como é o caso dos açudes Orós, Banabuiú e Engenheiro Ávidos.**

**4 — Medir e ordenar todas as atividades ligadas às atribuições do DNOCS, pois sendo a irrigação uma atividade complexa, mais que qualquer outra exige planejamento adequado. Pela sua natureza, cada projeto exige uma série de medidas que se desenvolvem a partir dos estudos, das obras, da ocupação de sua área, do treinamento e educação do homem, das atividades de produção, comercialização, etc., ocupando, paulatinamente, vários anos de esforço coordenado e solicitando recursos financeiros e humanos, numa sequência que não pode sofrer interrupção.**

Com tais propósitos e reconhecendo serem as irregularidades de suas precipitações pluviais uma das causas do subdesenvolvimento do Nordeste, é de esperar que o Departamento, a SUDENE, o Ministério do Interior, o Governo, se lancem à ofensiva com toda a carga, com entusiasmo e sem vacilações no resguardo mesmo da sobrevivência de uma população que, à beira de uma euforia mais ou menos ilusória, marcha para o desespere toda vez que a fatalidade lhe bate às portas, como acontece presentemente.

Embora não acreditemos que a irrigação por si só seja a decantada panacéia para os males do Nordeste, creditamos-lhe grande contribuição no processo do seu fortalecimento econômico, que constitui a verdadeira chave do problema.

Sécas totais ou estiagens são "fenômenos que funcionam como verdadeiros freios ao crescimento econômico". Mas, por outro lado, seus efeitos nocivos sobre a economia como um todo, estão na razão direta da debilidade da própria economia, conforme conceitua o ilustre diretor do DNOCS, concluindo que, neste sentido, "sécas e estiagens são ao mesmo tempo causa e efeito do subdesenvolvimento".

Como Paulo Guerra, engenheiro-agronomo, da Assessoria do DNOCS, pensamos que "a agricultura irrigada não transformará o Nordeste em um Eldorado", embora reconheçamos que "não será uma atividade econômica desprezível", tendo em vista que a implantação de uma tecnologia agrícola adequada, independente das irregularidades pluviais, resultará sem dúvida no aumento da produtividade, da renda, de alimentos para o homem e para os rebanhos, e, ao mesmo tempo, na absorção da mão-de-obra excedente no meio rural.

Entendida assim a política de irrigação, consciente o DNOCS da sua extrema complexidade e disposto o Governo a fornecer-lhe os meios de que carece para o seu desenvolvimento, teremos em breve, Deus querendo, implantadas e em operação vastas áreas espalhadas por toda a região, ocupando milhares de sertanejos, combatendo a fome e produzindo a riqueza.

Mas, Srs. não nos enganemos. Tarefa gigantesca recai sobre o Departamento das Sêcas a exigir de todos, do Governo em todas as suas esferas, dos órgãos internacionais de financiamento, dos políticos, dos economistas, dos administradores, dos sociólogos, da imprensa falada e escrita, do povo em geral, a maior compreensão e a melhor colaboração no equacionamento das múltiplas dificuldades que envolvem a empresa e que a comprometem quando não correta e definitivamente solucionados.

Contando a repartição das sécas com alguma experiência em trabalhos de irrigação (Cedro, Lima Campos, General Sampaio, Aires de Souza, S. Gonçalo, Condado, Piranhas, Joaquim Távora) num total de 10.944 ha., já terá identificado as causas do seu relativo fracasso e de certo se dispõe a removê-las. Conhecendo igualmente a vitoriosa experiência estrangeira (México, Espanha, Israel, EE. UU.) também pontilhada de insucessos iniciais, terá ainda de se preparar, através do estudo, da pesquisa e do preparo de pessoal para enfrentar o problema em toda a sua magnitude.

O Ministério do Interior, reconhecendo as nossas limitações, no particular, assinou contratos com firmas de consultoria de renome internacio-

nal, confiando-lhes os estudos completos ou parciais de alguns vales, ao mesmo tempo que apelou para o auxílio de governos amigos que lhe prestam colaboração nos seguintes projetos, entre outros:

**1 — Projeto Lameiro — Piauí: Reconhecimento. Estudo da viabilidade técnica e econômica — SUDENE/DNOCS/ MISSÃO DE ISRAEL.**

**2 — Projeto Araras — Ceará: Reconhecimento agrológico — SUDENE/MISSÃO ALEMA.**

**3 — Projeto Morada Nova — Ceará: Planejamento da 1.ª etapa — SUDENE/MISSÃO FRANCESA. Implantação iniciada pelo DNOCS.**

**4 — Projeto Baixo Açu — Rio Grande do Norte: Inventário dos recursos. Reconhecimento para estudo de viabilidade técnica e econômica. HIDROSERVICE.**

**5 — Projeto Poço da Cruz — Pernambuco: Estudo da viabilidade técnica e econômica. Planejamento de 10 mil hectares. COBA/ERN.**

**6 — Projeto Rio das Contas — Bahia: Estudo de viabilidade. Planejamento de 6.700 hectares no Rio Brumado. COBA/ERN.**

**7 — Projeto Curu — Ceará: Reconhecimento. Estudo de viabilidade técnica e econômica. Planejamento. Reabilitação e 1.ª etapa de 2.000 hectares.**

Tais pesquisas e estudos, ou outros que sejam necessários, importarão certamente no reconhecimento dos vales, na caracterização dos solos, no dimensionamento correto das obras a executar, na quantificação das áreas irrigáveis, na seleção das culturas, na revisão fundiária, na preferência dos processos ou métodos de irrigação, na organização de práticas comerciais e industriais, e, finalmente, no relacionamento clima-solo-água-planta, mas de nada valerão se não forem contemporânea ou paralelamente seguidos do preparo de pessoal técnico e administrativo e da educação do homem, do irrigante, para os labores de uma atividade impositiva, meio ditatorial, com a qual não está acostumado.

O problema da irrigação, com efeito, não se confina no binômio água-terra, mas assenta por igual no fator homem, elemento indispensável ao êxito de qualquer programa. E podemos em pé de igualdade, tanto os téc-

nicos como os usuários ou irrigantes.

Quanto aos primeiros, as nossas disponibilidades são reconhecidamente escassas e urge prepará-los não só para as tarefas de administração especializada, como para as de orientação e supervisão específicas. Seria oportuno que o Governo, sem prejuízo do treinamento local, mandasse para Israel, para os Estados Unidos, para a Espanha, os nossos agrônomos formados anualmente pelas Universidades do Nordeste e que paradoxalmente permanecem nas cidades à cata de ocupações burocráticas.

De referência aos usuários, precisam de ser educados ou treinados para a prática da atividade absorvente, compulsória e intensa, como sói ser a do irrigante, nem sempre aceita e compreendida pelo sertanejo humilde, mas de arraigados sentimentos de liberdade, e até mesmo por pessoas mais esclarecidas. Cumpre despertar-lhes interesse pelas novas atividades de características peculiares e integrá-los de corpo e alma na nova mística — a mística da irrigação.

Sem dúvida nenhuma a tecnologia moderna superará todas as dificuldades ou óbices que porventura se antepõham à prática da cultura irrigada, mas não dispensará o concurso do homem que deve ser arrancado da rotina, da indiferença e da descrença em que jaz secularmente afundado.

Senhores Senadores, sentimos já ser tempo de terminar essas desprestiosas considerações pelo desejo mesmo de não lhes cansar mais a paciência, mas não nos furtamos a transcrever recente suelto, oportuno e pertinente, publicado pelo *Correio da Manhã* de 24-5, tratando da seca e sua terapêutica:

**O Sr. Manoel Villaça** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. WALDEMAR ALCANTARA** — Pois não.

**O Sr. Manoel Villaça** — Antes de V. Exa. ler o suelto, do qual tiver, também, oportunidade de tomar conhecimento, desejava congratular-me com V. Exa. pela maneira correta e objetiva com que encara o problema das secas do Nordeste. V. Exa. traça o retrato da região e traz contribuição de ordem pessoal, muito valiosa; analisa, sob todos os aspectos, os problemas das secas na região nordestina,

as técnicas, os métodos, com muita proficiência, muito conhecimento de causa, o que não é estranhável, porque V. Exa. tem cultura e inteligência suficientes, nasceu e se radicou naquela região, portanto tem vivência do que ali ocorre. As palavras de V. Exa. eu queria juntar pequena contribuição. Destacou V. Exa. a importância dos vales do Nordeste, e não resta dúvida de que é um dos aspectos positivos de qualquer programa de recuperação da região. No Nordeste há dois tipos de vales: úmidos e secos. Os vales secos — como já ficou provado nos vales do Açu e do Apodi, no meu Estado — têm em seu subsolo verdadeiros rios que, convenientemente aproveitados, podem irrigar terras, propiciando a produção agrocola e a utilização de mão-de-obra a preço relativamente baixo. Nos vales do Apodi e do Açu foram feitas experiências notáveis levadas a efeito pelos Bispos do Nordeste e, dentre elas, atuou com muita eficiência D. Eliseu Mendes. Terras até então improdutivas passaram a produzir praticamente tudo, inclusive cítricos — que se esperava não fosse possível. Os chamados vales úmidos ocupam larga extensão territorial e têm grande fertilidade. Ao tempo do Brasil Colônia tiveram, no meu Estado, grande importância na economia regional. Basta lembrar a esta Casa que vinham navios da Inglaterra abastecer-se de açúcar diretamente em Maxaranguape, onde, hoje não chega, talvez, uma canoa de maior calado, face ao assoreamento. Maxaranguape e tantos outros vales úmidos do meu Estado, cuja fertilidade é indiscutível, deixaram de contribuir para a riqueza e a produção regionais por fatores diversos, o principal deles o assoreamento e, consequentemente, o desaparecimento do leito do rio, que extravaza. As cheias simples de inverno comum evitavam que esses vales se tornassem produtivos. E ainda se tornaram campo propício para epidemias sucessivas de malária, que atingiram os homens dessas regiões. A última dessas epidemias, que fez com que o êxodo nesses vales e a sua improdutividade se manifestassesem, foi a epidemia provocada pelo gambia, mosquito que V. Exa. como médico sabe, foi transportado para o Nordeste pelos navios da Latercoere, quando não havia possi-

bilidade de vôos transoceânicos. A epidemia do gambia, que se manifestou não-somente nessa região, ocasionou a defecção de homens, pela mortandade que alcançou um índice impressionante. E V. Exa., que é da minha região, deve se recordar do que foi o problema do gambia, não só no meu Estado como nos demais, onde trabalhei na erradicação desse mosquito. De modo que esses vales, se convenientemente tratados, uns aproveitando as águas do subsolo, a 3 ou 4 metros de profundidade, em algumas regiões; outros pela drenagem, fazendo com que os rios retornem aos seus leitos naturais, poderão dar oportunidade a uma produção enorme. Sabe muito mais do que eu, porque lá viveu desde que nasceu no meu Estado, o Senador Dinarte Mariz, que esses problemas que eu enfoco aqui são a pura realidade. S. Exa. foi Governador do Estado numa época em que esses problemas ainda eram permanentes.

Nós, brasileiros, não nos conhecemos bem, porque se viaja muito pouco no País. O que espanta muita gente, cá do Sul, é que, instalada a seca, dentro de trinta dias os homens estão morrendo de fome. Muita gente não entende isto. Mas é fácil entender: o nordestino vive na tangente da fome, não tem capacidade nenhuma de poupança, o que ganha mal dá para uma subalimentação secular. Se, durante 30 dias não tem dinheiro ou condições de subsistência — porque, no Nordeste, não há silos domiciliares nem nas fazendas — ele entra quase agudamente em fome. Espanta tanta gente que uma região, porque deixou de chover quinze dias, os homens fiquem passando fome. Esta a contribuição que queria trazer ao discurso de V. Exa., que é um dos mais patrióticos e bem feitos nesta Casa.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA** — Senador Manoel Villaça, agradeço, muito honrado, a intervenção de V. Exa. e recolho a sua contribuição, incorporando-a ao meu discurso para melhorar, vamos dizer assim, a pequena contribuição que trago ao Senado, preocupado, neste momento e sempre, com o problema nacional da seca. Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, retomando a leitura do trabalho, passo a ler o suelto a que me referi, publicado no *Correio*

Braziliense, edição de 24 de maio de 1970.

Diz o articulista:  
**(Lendo.)**

"As cidades saqueadas pelos retinantes famintos, os trens assaltados, as procissões de flagelados pelas estradas, em busca de um Sul na verdade mítico — eis algumas imagens confrangedoras que, por boa parte, resultaram da apatia administrativa num dos setores mais decisivos de um esforço nacional de valorização econômica do Nordeste, que é o da irrigação. Israel, exemplo de um deserto que a irrigação transformou em florescente civilização, detém decreto a melhor tecnologia de fertilização de terras aparentemente inaproveitáveis. A notícia de que uma missão técnica israelense virá ao Brasil, para atualizar e dinamizar um programa de irrigação, significa o reconhecimento, pela administração federal, de que a evidência de um quadro social e econômico irrefutável só comporta refutação na área operacional em que a tecnologia recobre o tempo perdido".

É mais um apelo que se junta ao círculo de vozes partidas do Nordeste e dos economistas, políticos e sociólogos de todo o País numa ampla convocação dos órgãos governamentais, da dinâmica revolucionária e de modo particular do eminente Presidente Médici para a urgente obra de revigoramento e salvação da região nordestina, através da irrigação dos seus valles.

**O Sr. José Ermírio** — Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. WALDEMAR ALCANTARA** — Pois não, Senador José Ermírio!

**O Sr. José Ermírio** — V. Exa. fala de Israel, que é país dirigido por gente de alto gabarito; mas devemos falar também do Egito, país relativamente subdesenvolvido, onde o Nilo e suas águas da Represa do Assuá são utilizados, avançando deserto adentro, produzindo, muitas vezes, duas a três colheitas por ano. Calcule V. Exa. o Nordeste com duas colheitas por ano; seria um paraíso. Era o que tinha a dizer.

**O SR. WALDEMAR ALCANTARA** — Muito grato a V. Exa.

**O Sr. Dinarte Mariz** — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do

orador.) — Estou acompanhando o discurso de V. Exa., como não podia deixar de ser, com o maior interesse. Quero felicitá-lo, e esta Casa, pelo pronunciamento de V. Exa., rico em pesquisas e objetivo em relação à análise do problema nordestino. Tenho a impressão de que o problema nordestino precisa ser reestudado para que possamos encontrar o caminho da salvação nordestina, ou por outra, o caminho da integração econômica da nossa região. Como já disse nesta Casa, o nordestino, com a sua imaginação, apelidou esta seca de "seca verde". Diferente das outras, ela deixou um pouco de recursos para a pecuária que deveria atenuar muito os seus efeitos danosos, porque, como sabe V. Exa., o sistema econômico do Nordeste é um sistema misto, baseado na pecuária e na agricultura. Mas, é que já vivemos — como muito bem acentuou o Senador Manoel Villaça — com um pé na fome e outro na resistência orgânica, para podermos sobreviver.

Então, aconteceu que a seca nos chegou sem permitir que se produzisse nada de gêneros alimentícios; encontrou o sertanejo já faminto, e agravou-se a situação social. Na realidade, não podemos continuar por muito tempo com o atual sistema. Há que mudá-lo definitivamente, e nas suas bases. Se verificarmos que o estabelecimento de crédito mais importante, até hoje, na assistência ao agricultor ainda é o Banco do Brasil — permita V. Exa. dizê-lo, porque, mesmo que reconheçamos os benefícios prestados pelo Banco do Nordeste à região, ainda é o Banco do Brasil onde o homem do Nordeste vai buscar maior assistência para o trabalho agrícola — se atentarmos para o fato de que até há poucos anos — e eu falo num período em que governei um dos Estados do Nordeste mais atingidos pelo fenômeno da seca — cobrávamo o impôsto da agricultura sob a rubrica de Vendas e Consignações, o qual não ia além de 5,5%, e que, transformado no ICM passou a cobrar 18%; se verificarmos que àquela época o juro para assistência agrícola era na base de 7,5% e que hoje está sendo cobrado à base de 17%; se verificarmos ainda que hoje temos os adicionais dos impostos que os proprietários pagam ao INDA e ao IBRA, então iremos concluir que não há possibilidade, mesmo que chovam rios de água, que não é possível que a economia do Nordeste encontre estabilidade dentro deste sistema. Isto porque a nossa agricultura não tem condições de produzir o suficiente para responder a todas essas despesas. Portanto, tenho a impressão de que a situação no Nordeste é mais grave porque chega exatamente numa hora em que o crédito rural está totalmente rôto. Acontece é que o fazendeiro — e V. Exa. conhece o problema tão bem, quanto eu — que sempre deu assistência a seu morador, como chamamos no Nordeste, ao seu colono e que o sustentava, em muitas ocasiões, durante todo o período de seca, agora é ele que está voltado para o seu próprio problema, carecendo de assistência para não morrer de fome. Porque, não só estão os pequenos agricultores endividados para com o Banco do Brasil como estão passando as maiores privações, tal qual os seus colonos. Este é o problema do Nordeste, que deve ser bem caracterizado e examinado à luz da realidade. Não é só a seca que está nos maltratando, é principalmente um sistema condenado e isto devemos reconhecer. Cabe-nos evoluir para o sistema que V. Exa. está a indicar e que já vem realmente merecendo, no período revolucionário, a melhor atenção do Governo. É preciso reformularmos a SUDENE. Contamos com a SUDENE para desenvolver a nossa Região, mas é preciso ter-se a coragem de apontar o que está errado e procurar corrigir o erro, em benefício mesmo do Polígono das Secas. A SUDENE está se localizando exatamente nos locais onde não existe a seca, nas Capitais e no litoral. A seca está no sertão, no interior, onde não chove, e cuja população está sem o amparo que merece nesta hora. Ao menos que se lhe dé a esperança, a segurança de que nos dias do amanhã os fatos se passarão de modo diferente. Sr. Senador, vimos de dez anos de invernos seguidos, e a nossa produção não aumenta; ao contrário, regrediu em muitos pontos. Posso mesmo dizer a V. Exa. que a economia do meu Estado, que é baseada no algodão — cerca de 49% da renda do Rio Grande do Norte está na agricultura algodoeira, no entanto, no meu

Estado, ela está deficitária. Quando terminou o crédito, e o agricultor não tinha mais crédito para as entressafra, ele já estava devendo ao banco aquél que pequeno crédito que, a meu ver, é o único que convém ao pequeno agricultor. E o Banco do Brasil passou a conceder o crédito que ele chamou de "Crédito para Melhoramento das Propriedades". Ai então, Sr. Senador, foi o sacrifício aberto, foi a porta do sacrifício para o homem do sertão, para o homem que trabalha, porque passaram a fornecer dinheiro ao agricultor, na ilusão de que ele construisse pequenos açudes, remontasse a cerca da propriedade, construisse casas para os colonos, melhore o estado social em que o sertanejo vivia. Repito, foi a porta do sacrifício porque cerca não dá renda, açudes não dão nenhuma rentabilidade, a não ser a água para fornecer um pouco aos rebanhos e até para o homem beber, e a outra verba que empregou nas casas de colonos não dá renda. A propriedade passou a produzir a mesma coisa e, em muitos casos, regrediu a produção. Então vem o sacrifício desta hora. O Governo terá que ir ao encontro do homem rural. E qual a maneira? Mandar debitar estes juros que estão, em muitos casos, mais altos que as dividas iniciais. O Governo terá que fazer o estorno destes juros, debitando-o ao Banco Central, para que o sertanejo possa reencorajar-se e continuar sua vida para o desenvolvimento da região. Sem isso não haverá milagre para o sertanejo. Não temos milagres. E o Sr. Presidente da República, como homem muito seguro nas suas observações, vai agora ver in loco, a realidade que estou descrevendo nesta hora. Precisamos dar coragem e, de alguma maneira, dar confiança no futuro ao homem do Nordeste, para que este, com o seu trabalho, esforço e sobretudo abnegação, possa viver no seu meio e lá se realizar, integrando a nossa Região e dentro do contexto econômico do País. Era este o aparte que queria dar a V. Exa., acrescentando que, nesta Casa, talvez tenha sido o pronunciamento mais rico em pesquisas e também o mais objetivo nos conceitos que V. Exa. está emitindo em relação ao problema nordestino.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA —**  
Muito obrigado.

**O Sr. Dinarte Mariz —** Só teremos salvação com reformulação completa. Não será dando mais um pouco de dinheiro ao homem, já enriquecido na indústria do Sul, para que este aumente o seu patrimônio no Nordeste, que encontraremos a salvação nordestina. Não é possível, Srs. Senadores, que continuemos contando apenas com recursos de fora, acenando-se com emprêgo a um percentual mínimo, em relação ao desemprego que existe na Região Nordestina. Felicito V. Exa., e esta Casa, pelo grande discurso que V. Exa. está pronunciando.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA —**  
Muito obrigado a V. Exa.. Sr. Senador Dinarte Mariz. V. Exa. tem inteira razão quando disse que o problema do Nordeste é sobretudo um problema de fragilidade econômica. Podemos sintetizar toda a problemática nordestina neste conceito. E enquanto não melhorarmos econômicamente, a seca nos debilitará cada vez mais, fazendo este círculo vicioso: somos pobres quando não há seca e, quando esta ocorre, empobrecemo-nos cada vez mais.

**O Sr. Dinarte Mariz —** Ainda para ilustrar o discurso de V. Exa., Senador Waldemar Alcântara, lembraria que, quando tínhamos juros baixos e impostos ainda mais reduzidos, começou a inflação. Com o aumento dos impostos e dos juros, estávamos na ilusão de que algo se processava em nosso benefício. O sertanejo estava na ilusão de que progredia. Na realidade, era sómente a inflação, que subsidiava a majoração dos impostos. Hoje a inflação baixou de 80 para 20%, os juros aumentaram de 7,5% para 15% e os impostos, de 5,5% para 18%. Pergunto: onde buscaremos salvação, se se mantiver esse estado de coisas?

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA  
(Retoma a leitura.)**

Mas, enquanto isso, Senhores Senadores, a calamidade mais uma vez, com o seu cortejo de frustrações, de misérias e de angústias, nos visita e colhe de surpresa a SUDENE, despreparada para enfrentá-la, malgrado os ensinamentos da história e as advertências feitas, segundo as quais a sua ocorrência era iminente.

E agora, paga a SUDENE o preço da sua própria imprudência, emaranha-se nas iniciativas que não podem ser retardadas; sem recursos e sem planos realistas e objetivos, hesita e vacila face ao triste espetáculo do desemprego em massa, das migrações, da fome e da doença, do desespero e do saque e até da ameaça à segurança nacional.

Retorna às "frentes de trabalho", talvez único remédio a ser ministrado na emergência, apesar de suas deficiências e dos seus vícios, com o propósito de dar assistência aos trabalhadores desempregados, pagos ao salário ínfimo de Cr\$ 2,00 por dia de serviço efetivo.

Ainda que não tenham faltado outras sugestões como, por exemplo, a de transferir para a economia privada a responsabilidade da assistência aos flagelados, mediante a concessão de empréstimos aos proprietários rurais, mesmo a longo prazo, com período de carência e a juros modestos, não nos parece menos inadequada que a "frente de trabalho" convencional.

**O Sr. Ruy Carneiro —** Permita-me V. Exa. um aparte?

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA —**  
Pois não.

**O Sr. Ruy Carneiro —** Já aguardava esse discurso de V. Exa. e como bem disse o Senador Dinarte Mariz, em aparte, há pouco, que todo o Senado ouviu, é um pronunciamento rico de pesquisa, rico de informações e enriquecido pela sua inteligência, pelo seu preparo e experiência de homem da região, que conhece os problemas do Nordeste. Os pronunciamentos feitos nesta Casa, e na Câmara Federal, neste momento, em torno desse drama lamentável que é a seca na nossa região, são todos absolutamente necessários e oportunos. Eu senti, no aparte que V. Exa. deu ao eficiente representante do Rio Grande do Norte, o ilustre Senador Duarte Filho, que estava preparado para trazer ao Senado este discurso com tanta substância e objetividade. Dai a satisfação com que o estou ouvindo, sem nenhuma surpresa pelo êxito magnífico que está alcançando neste Plenário. Quero, com esta intervenção que será breve, dizer-lhe apenas do meu entusiasmo pela orientação traçada pelo nobre colega à sua oração. Impõem-se se-

jam executadas as obras de irrigação na forma por V. Exa, sugerida. Essa obra deverá ser atacada com absoluta seriedade pela SUDENE, acompanhando paralelamente o desenvolvimento do setor industrial. Fora disso não haverá salvacão para o Nordeste. A ida do Presidente Médici aos Estados assolados pela seca revela, repito mais uma vez, cabalmente o seu patriótico desejo de dar absoluto apoio aos que sofrem na nossa região. O meu aparte é, apenas, para felicitá-lo pelo discurso cheio de conteúdo que V. Exa, está pronunciando, nesta tarde, sobre problema que diz vitalmente da vida econômica e social do setentrião brasileiro.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA —** Senador Ruy Carneiro, sou muito grato ao generoso julgamento que V. Exa, faz deste trabalho que tem, apenas, a intenção de projetar o problema da irrigação, que reputo dos mais urgentes a serem cuidados no Nordeste.

Mas, eu me referia à sugestão de transferir à economia privada a responsabilidade da assistência aos flagelados.

(Continuando a leitura.)

A adoção de tal procedimento afigura-se-nos desaconselhável pelos riscos que encerra para o próprio financiador, além da demora irremovível na concessão e deferimento dos créditos e até pela impraticabilidade do seu atendimento, ante o vulto que o mecanismo assumiria, tumultuando-o e criando problemas futuros. A menos que tenham caráter meramente supletivo ou acessório.

**O Sr. Ruy Carneiro —** É medida perigosa.

**O SR. WALDEMAR ALCÂNTARA —** A SUDENE está efetivamente submetida a uma dura prova e oxalá possa dela se sair ainda que lançando mão do recurso dos créditos extraordinários, com todas as implicações que traz, na tentativa de reduzir os efeitos da seca e atenuar os seus reflexos negativos na incipiente economia regional.

E que da atual conjuntura possa recolher novos ensinamentos, e se prepare, e se aparelhe, e se decida para enfrentar outras eventualidades que certamente virão, obedientes ao determinismo com que nos marcou a natureza.

"Não resta dúvida, segundo esclarecido editorialista do *Jornal do Brasil*, que o assomo de industrialização injetou novo alento na economia nordestina", mas "os problemas básicos da agricultura, e com êles a necessidade de enraizar o homem no chão que lhe pertence, receberam uma fata infima em relação às necessidades da reforma". E noutro passo, sob o sugestivo título de "Rio Desaproveitado", comenta: "uma das visões mais chocantes da paisagem brasileira é a grande extensão de terras secas e inaproveitadas à margem de um rio importante e caudaloso como o São Francisco". ... "esse rio, nascido para tornar fértil uma zona tão importante do País, foi transformado pela nossa indiferença numa espécie de arrogante torrente, fechada em si própria, enquanto vegeta em suas margens uma população miserável". E mais, "a ocasião é excelente para obter os recursos, já que mais uma vez se abate sobre o Nordeste a velha tragédia da seca. Como temos dito, é preciso repetir, a velha seca, hoje sobretudo, não é mais um problema de falta de água, e, sim, da falta de comida.

A seca atual tem sublinhado a principal falha na ação da SUDENE, que continua a implantar no Nordeste iniciativas importantes do ponto de vista econômico, mas que perdeu de vista os 30 milhões de nordestinos, que precisam de mais empregos e de melhores condições para viver, tirando do cultivo da terra mais que sua subsistência imediata, guardar para um ano de vacas magras o grão colhido nos anos bons".

Que o aproveitamento agrícola das margens do São Francisco — o rio da integração nacional — que a exploração dos vales do Jaguaribe, do Acaraú, do Curu, do Parnaíba, do Açu, do Rio das Contas, de todos os vales do Nordeste possa, num futuro próximo, constituir-se no fulcro da redenção do Polígono das Sêcas, para glória do DNOCS e da SUDENE, precursores da ação governamental, na valorização de uma área de riquezas latentes. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**COMPARCEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

José Guiomard — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Mil-

let — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — Sígfredo Pacheco — Duarte Filho — Dianorte Mariz — Ruy Carneiro — Domicio Gondim — Arnon de Mello — Leandro Maciel — José Leite — Jossaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Milton Campos — Nogueira da Gama — José Feliciano — Flinto Müller — Mello Braga — Celso Ramos — Atílio Fontana.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) —** Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
N.º 15, DE 1970

Dá o nome de "Presidente Castello Branco" ao Aeroporto Internacional do Galeão.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Passa a chamar-se "Aeroporto Internacional Presidente Castello Branco" o aeroporto localizado no Galeão, Ilha do Governador, Estado da Guanabara.

**Art. 2.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

**Justificação**

O ônus da vida pública impôsto àqueles que a vivem — ou viveram — consiste principalmente na fatalidade de ser julgado...

Nenhum homem público desempenha seu papel sem provocar, no próprio momento em que o faz, críticas, comparações, insultos, louvações e silêncios intencionais...

O homem público — como foi o caso de Castello Branco — é na sua época, pelos pronunciamentos que faz e pelos atos que pratica, um definidor de situações novas e um contrariador de interesses estabelecidos. Daí não ser nunca aceito com neutralidade ou indiferença por aqueles que estão dentro dessas situações, donos de interesses que foram ou que poderiam ter sido contrariados por seus atos...

Mas, depois que o homem público (refiro-me sempre ao que desempenhou em vida papel de primeira grandeza) desaparece; quando ele passa a ser apenas um nome a mais na galeria dos mortos ilustres da nação; quando os grupos que ele contrariou ou desalojou já reencontraram no limite em que sobreviveram — sua

posição e seu ajustamento de interesses... Nesse momento, observarei, as motivações primárias da bajulação e do ódio desaparecem e o muito focalizado homem público da véspera deixa de ser lembrado.

O esquecimento será talvez, nesse caso, uma forma discreta de vingança dos ressentimentos que recearam mostrar-se ou manifestar-se enquanto, por viver o personagem que os suscitou seria desaconselhável ou perigoso fazê-lo...

Por isso mesmo, essa é a hora, no meu entender, em que os não-ressentidos devem erguer sua voz e dar, do modo que puderem, uma contribuição ao processo em curso no Tribunal da História, à base do qual será feito, no futuro, o julgamento do Grande Homem.

É a contribuição que pretendo dar neste momento (esperando contar para isso com o generoso apoio desta Casa) propondo o nome de "Presidente Castello Branco" para o Aeroporto Internacional do Galeão.

A homenagem proposta não poderá ser interpretada como a antecipação de um julgamento que só os pósteros terão condições de fazer, sobre a figura humana e o papel histórico de Castello Branco. Mas, ela estará justificada plenamente pelo fato de que, pelo menos em dois pontos, a figura e o comportamento de Castello Branco já não mais são ou poderiam ser contestados...

Em primeiro lugar, no que se refere às virtudes pessoais de Castello Branco. Inteligente, culto, corajoso, enérgico, simples, fiel ao dever e aos compromissos, foi ele exemplar como chefe de família, como militar e como político. Não houve na sua vida, que eu conheça, qualquer passagem ou episódio que nos sugira agora um retrato menos lisonjeiro de sua pessoa.

Em segundo lugar, pelo próprio comportamento ostensivo de Castello Branco quando à frente dos destinos do Brasil.

Todas as revoluções cometem erros e a brasileira, talvez, os tenha cometido. A questão não nos deve interessar agora pois dela, um dia, cuidarão os analistas e os historiadores. O que já pode ser registrado, todavia, é o sentido profundo e extenso do esforço de renovação iniciado na vida política

brasileira por Humberto de Alencar Castello Branco e seus colaboradores. Houve e há sinceridade, e êxito nesse esforço.

A legislação brasileira foi reformulada e inovada revolucionariamente (a palavra vai aqui no seu sentido exato), como o nunca fôra antes. De outro lado, os negócios públicos passaram a ser tratados sob critérios técnicos e de uma forma austera, como não acontecia há longo tempo neste País. E, finalmente, os bons resultados da recuperação econômico-financeira e da retomada do desenvolvimento ai estão documentando, pelo menos num sentido, o imenso trabalho construtivo da Revolução de 1964.

Esse é o fato, a realidade — e não o julgamento da Revolução, que me abstenho de fazer por não ter ainda as indispensáveis condições para isso.

Castello Branco foi o estadista revelado por essa Revolução. A palavra **Estadista** está hoje tão gasta entre nós, quanto **Político**. Lembrarei, contudo, o nobre significado das duas e o imperativo de que devemos restaurar a respeitabilidade de ambas.

A propósito disso observarei que foram muitos os chefes de Estado que ocuparam a cabina de comando do Brasil, desde 1922. Mas, no meu entender, foram poucos os estadistas entre eles. Limitando-me exclusivamente aos mortos, direi que só consigo identificar estadistas nas figuras de Pedro II, Floriano Peixoto, Campos Sales, Nilo Peçanha, Getúlio Vargas e Castello Branco...

Foram êsses homens que através de suas idéias, de seus gestos, de suas posições em face dos problemas, magnetismo pessoal, capacidade de sobrepor-se a injunções, espírito de renúncia, fidelidade ao que identificaram como interesse público — foram êles, mais do que todos os outros, os que participaram através do tempo da construção e da consolidação da estrutura político-administrativa do Brasil.

Acho assim, pelo fato de Castello Branco ser o menos homenageado desses estadistas, que já é hora de vincularmos seu nome a uma realidade material de grande importância e evidência como o aeroporto hoje designado de um modo inexpressivo como do Galeão.

Há diversos exemplos de aeroportos com nomes de pessoas, no Brasil e em outros países. Lembrarei o "Santos Dumont" e o "Bartolomeu de Gusmão" na Guanabara e o "Presidente Kennedy" em Nova York. Nada há, portanto, de um ponto de vista técnico e funcional, que contra-indique o batismo ora proposto.

A presente homenagem exprimirá, acima de tudo, a admiração e o reconhecimento que uma grande parte do povo brasileiro sente hoje pela figura histórica de Castello Branco. Homenageando sua memória, estaremos apenas deixando nos Anais da História o nosso singelo depoimento favorável, a ser talvez levado em conta pelos que irão analisá-lo e julgá-lo, um dia.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1970. — Senador Vasconcelos Torres.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) — O projeto lido vai às comissões competentes.

Está encerrado o período destinado ao Expediente.

Presentes 49 Srs. Senadores.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1

Discussão, em turno único, das emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1964, que dispõe sobre a profissão de protético dentário, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob n.ºs 199 e 200, de 1970, das Comissões

— de Saúde e  
— de Legislação Social.

Em discussão as emendas.

Se nenhum dos Senhores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão aprovadas.

O projeto vai à Comissão de Redação.

São as seguintes as emendas aprovadas:

N.º 1

Substituir nos arts. 2.º, 3.º, 5.º, 6.º e 10 a expressão "Serviço Nacional de

Fiscalização da Medicina" por "Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia".

N.º 2

Acrescente-se ao art. 2.º, in fine:

"... e inscritos no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se encontre o local onde exerce sua atividade."

N.º 3

Redija-se o item 3 do art. 7.º da seguinte forma:

"tomar moldes e colocar trabalhos protéticos em clientes, não só em dependências das oficinas de prótese, como nos consultórios dentários."

N.º 4

Transforme-se em artigo e parágrafo único, dando-lhe a conveniente numeração, o item 4 e parágrafo único do art. 7.º, substituindo-se ao mesmo tempo a expressão "Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina", onde exista, pela expressão "Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia".

N.º 5

Acrescente-se ao art. 3.º, in fine:

"... para os residentes no Distrito Federal, e aos respectivos Serviços Sanitários, para os residentes nos Estados e Territórios."

N.º 6

Ao art. 3.º acrescentem-se mais dois parágrafos, transformando-se o único em § 1.º:

"§ 2.º — A critério do Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, poderá ser aceito diploma ou certificado de curso prático ou equivalente, expedido por escola oficial ou escolas particulares reconhecidas pelo Departamento Nacional de Saúde.

§ 3.º — Os certificados concedidos de acordo com esta Lei terão valor para todo o território nacional, depois de devidamente registrados no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e anotados nos Serviços Sanitários dos Estados e Territórios onde o profissional fôr exercer a profissão."

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Gonçalves) —

Item 2

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 47, de 1970, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, solicitando a criação de Co-

missão Especial, para, no prazo de 90 dias, estudar e apurar a verdadeira situação da indústria siderúrgica no País e oferecer as recomendações que forem julgadas convenientes para o seu desenvolvimento.

Em discussão o requerimento.

**O SR. FILINTO MÜLLER** (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não vou combater o requerimento do eminentíssimo Senador José Ermírio.

Começo por declarar que faço justiça ao elevado espírito público de S. Exa., sei que o move o interesse nacional, quando procura criar uma Comissão Especial incumbida de estudar os nossos problemas siderúrgicos.

S. Exa. apresentou, também, mais dois requerimentos, em tramitação no Senado: um, referente à industrialização da cana-de-açúcar e, outro, relativo ao aproveitamento do petróleo.

Sr. Presidente, eu desejava fazer, somente, uma ponderação: as nossas comissões técnicas estão, em face da situação que atravessamos, praticamente com pouco trabalho, salvo as Comissões de Constituição e Justiça, a de Finanças e mais duas ou três.

A mim me parece que a Comissão de Minas e Energia poderia incumbir-se, ela, como comissão técnica, de estudar os problemas siderúrgicos nacionais.

O nobre Senador José Ermírio — perdão-me S. Exa., não quero nem posso ensinar o caminho a um técnico do mais alto valor, como é S. Exa., e imbuído do mais elevado espírito público — poderia, na hipótese, apresentar uma indicação, no sentido de que a Comissão de Minas e Energia estudassem acuradamente o problema da nossa indústria siderúrgica e apresentasse, no prazo estabelecido, suas conclusões.

Faço essa sugestão ao nobre Senador José Ermírio, porque estamos, realmente, atravessando uma situação de certa dificuldade para a organização de comissões especiais.

Os principais projetos em tramitação no Congresso Nacional são de origem do Executivo e são estudados por Comissões Especiais integradas por sete Senadores e sete Deputados da ARENA e por quatro Senadores e quatro Deputados do MDB. São, ao todo, 22 parlamentares, dos quais onze Senadores, num **quorum** de sessenta e

poucos, chamados a integrar essas comissões especiais.

Hoje deliberamos a respeito de um projeto, mas já temos novo projeto apresentado pelo Executivo, com comissões técnicas especiais organizadas.

De modo que temos, realmente — eu falo, neste caso, com a experiência de liderança — dificuldade em organizar comissões especiais paralelamente às comissões técnicas e às comissões especiais que estudam projetos encaminhados pelo Executivo para exame de problema que, afinal de contas, é de competência das nossas comissões técnicas.

No caso, o problema da siderurgia, a meu ver, **data venia**, mediante indicação especial, poderia ser estudado pela Comissão de Minas e Energia, da mesma forma que o problema relacionado com o petróleo poderia ser estudado por aquela Comissão, como, também, o problema da cana poderia ser estudado pela Comissão de Agricultura. Se essas comissões estivessem superlotadas de projetos para sobre elas opinar, eu compreenderia que não se quisesse perturbar o exame dessas matérias a elas já distribuídas e se criasse uma comissão especial. Mas o que se dá é o contrário; elas não estão superlotadas de projetos e poderiam dedicar-se quase exclusivamente ao estudo dessa matéria que o nobre Senador José Ermírio focaliza com alto espírito de patriotismo, repto, desejando encontrar uma solução satisfatória aos interesses nacionais.

É esta a observação que desejo fazer e declaro que votarei a favor do requerimento.

Votando a favor, estou divergindo do meu próprio ponto de vista, mas o farei em homenagem ao nobre Senador José Ermírio, pela certeza que tenho de que S. Exa. está animado pelas melhores intenções em benefício do interesse nacional. (Muito bem!)

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO** (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvi, com muita atenção, as palavras do ilustre Líder Senador Filinto Müller. Nós temos um dever, realmente, nesta Casa. É o de estudar os problemas nacionais com afinco, com dedicação e firmeza.

A Comissão, apenas de três Senadores, tinha uma solução relativamente simples, que era convocar os homens de alto gabarito, dessas indústrias e outros técnicos, para comparecerem ao Senado e elucidar problemas dos mais graves que enfrenta a Nação neste momento.

Entretanto, se V. Exa. julgar que ela pode ser apreciada pela Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, nada tenho a objetar. Apenas, considero o caso urgente, pois o País atravessa uma situação bastante difícil. Este ano vai importar quatrocentas mil toneladas de aço, no próximo, um milhão, e assim sucessivamente. Trata-se de problema do mais alto interesse nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. FILINTO MÜLLER (Pela ordem. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, o nobre Senador José Ermírio esclareceu seu ponto de vista, seu desejo de convocar técnicos especializados em matéria de siderurgia para tomarem parte nos trabalhos da Comissão. Se S. Exa., substituisse seu requerimento por uma indicação, no sentido de que a Comissão de Minas e Energia estudasse este problema especificamente, prioritariamente, a Comissão poderia requisitar a presença desses técnicos a que S. Exa. faz alusão, e o faria com grande autoridade, por se tratar de Comissões Técnicas do Senado.

Devo acrescentar que estamos tolhidos, pela Constituição, de fazer viagens para colher dados *in loco*, e, por outro lado, o Senado não dispõe de verbas para chamar a Brasília pessoas que nos possam trazer informações. Em se tratando, porém, de elementos de alto gabarito, eles viriam, impulsionados pelo seu patriotismo, dar a cooperação aos nossos trabalhos, comparecendo perante nossa Comissão para prestar os esclarecimentos necessários, como têm feito, em outras oportunidades, personalidades convocadas. Chefes de Autarquias, Ministros de Estado comparecem e prestam esclarecimentos ao Senado, esclarecimentos valiosos que contribuem para o encaminhamento e solução dos nossos problemas.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Pelo pronunciamento do nobre Senador José Ermírio, a Presi-

dência compreendeu que S. Exa. retira o requerimento e deseja que o assunto seja encaminhado à Comissão de Minas e Energia, como indicação.

Assim compreendendo o pronunciamento de S. Exa., solicito ao nobre Senador José Ermírio que, oportunamente, envie à Mesa, em forma de indicação, o conteúdo do seu requerimento que será encaminhado, na forma regimental, àquela Comissão.

**O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Pela ordem)** — Sr. Presidente, nosso desejo é que seja solucionado o caso urgentemente, em virtude da situação perigosa que o mundo atravessa, pela falta de aço. Disse a V. Exa. que não tenho dúvidas em aceitar a transformação da comissão que pleiteei numa subcomissão de Minas e Energia, mas tem que ser urgente.

Solicito à Mesa que determine como se deve proceder para que isso aconteça o mais rápido possível.

Retirando o requerimento, parece-me que estou desistindo de uma coisa que acho muito justa. O melhor, talvez fosse já transformar esse requerimento numa indicação, a fim de que uma Subcomissão de Minas e Energia possa atuar imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Esclareço a V. Exa. que o objetivo que deseja alcançar não pode, regimentalmente, ser atendido na forma que V. Exa. sugere.

No entanto, a própria discussão da matéria, a começar do pronunciamento do nobre Líder, Senador Filinto Müller, esclarece que V. Exa. está retirando o requerimento com o objetivo de atender às ponderações do referido Líder, no sentido de transformar o citado documento, oportunamente, numa indicação à Comissão de Minas e Energia. Mas, evidentemente, nesta altura dos trabalhos, a Presidência não pode determinar essa transformação, sem que venha em forma de indicação o pedido que V. Exa. submete à consideração do Senado.

Tenho a impressão de que o objetivo está alcançado, desde que V. Exa. se manifeste, expressamente de acordo com essa providência. (Pausa.)

O nobre Senador José Ermírio encaminha à mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO N.º 87, DE 1970

Nos termos dos arts. 211, letra f, e 253, letra a, do Regimento Interno, requeiro a retirada do Requerimento n.º 47, de 1970, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1970. — José Ermírio.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — O requerimento que acaba de ser lido depende de despacho da Presidência, que lhe dá pleno assentimento.

Está retirado o requerimento da Ordem do Dia e, oportunamente, logo que chegue à Mesa, a Presidência encaminhará à Comissão de Minas e Energia a indicação com igual conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** —

#### Item 3

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 82, de 1970, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial intitulado *Movimento “Decisão”*, publicado no matutino **O Jornal**, em sua edição de 27 de maio de 1970.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está esgotada a Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES (Não foi revisto pelo orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo registrar, nos Anais desta Casa do Congresso, o memorável feito do desporto brasileiro em terras da Europa, particularmente na Iugoslávia, que trouxe para o Brasil o vice-campeonato do basquetebol internacional. Quero mencionar o nome do técnico dessa pléiade de jovens brasileiros, que se houve com galhardia em Liubliana e que, enfrentando uma série imensa

de obstáculos, teve bem presente o sentimento que tanto anima a nós brasileiros, essa espécie de fôgo sagrado, esse elâ que é um fanal, um roteiro, um exemplo.

Quando se sabe que a delegação brasileira de basquetebol não teve os recursos pecuniários de que carecia; quando se atenta para o fato de que apenas um uniforme e um traje desportivo levavam êsses moços, a vitória avulta. E eis-me, como patriota, reverente diante dêsses moços que souberam honrar a tradição desportiva da nossa terra.

Não há por que o Senado desconhecer êsses acontecimentos, a mesma Casa que, por meu intermédio, trouxe uma figura varonil em outro setor do desporto, quando se comemorava o acontecimento de tanta repercussão, não apenas nacional mas internacional, do jogador Edson Arantes do Nascimento, Pelé, que veio aqui para ser homenageado pelo Senado, e que recebeu uma placa de prata.

Não podemos entretanto, Sr. Presidente, cuidar apenas unilateralmente disto, que representa uma potencialidade de toda a Nação brasileira e que precisa ser devidamente cultivada, precisa ser sociologicamente estudada para que tudo que represente de força venha, justamente, em benefício daquilo que, no meu modo de entender, deve representar um verdadeiro culto ao civismo.

Destaco, Sr. Presidente, porque merecida, a figura do nosso colega em comissão na Pasta difícil da Educação e Cultura, o Ministro Jarbas Passarinho que, na undécima hora atentou bem para o que representava o comparecimento do Brasil na competição internacional da Iugoslávia.

Não houve maiores ressonâncias porque ninguém acreditava possível que um grupamento fôsse participar de um prélio internacional, sem ter recursos. Mas o Ministro Jarbas Passarinho é dessas figuras como que predestinada, e sabia que justamente da dificuldade é que nasce a chama do entusiasmo. E atendeu, se não no todo, pelo menos em parte aquilo que estava sendo reclamado pelos dirigentes do basquetebol brasileiro.

E êles foram, Sr. Presidente, e fizeram uma jornada brilhante em terras iugoslavas. Perderam apenas — devo esclarecer êsse detalhe técnico

— por um lance, e êsse mesmo discutível. Venceram países que tinham colocado à disposição de seus players não só recursos pecuniários, mas a própria assistência de suas Embaixadas e Legações. Venceram, por exemplo, a grande nação do Norte, os Estados Unidos; venceram os representantes do Leste e venceram a União Soviética. E só mesmo no jôgo com a Iugoslávia, terra que hospedava os nossos jogadores, é que perderam e apenas pela diferença de um ponto.

Essa caminhada deve representar uma glória para o desporto nacional.

E como eu acho que esporte é povo, e que êste assunto não pode passar despercebido na área da representação nacional, envio minhas mais efusivas congratulações aos jogadores brasileiros que disputaram o certame internacional da Iugoslávia e, particularmente, endereço as minhas congratulações ao Almirante Paulo Meira, digno Oficial de Marinha, que de longa data tem dirigido, com ânimo, até com sacrifício, o basquetebol brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, em meio a essa glória, há uma nota destoante e triste, e que, tenho certeza, vai chocar profundamente o Presidente Emílio Garrastazu Médici e, talvez, muito em particular, ao honrado Chanceler Mário Gibson: êsses homens da nossa Pátria não tiveram acolhimento, mínimo que fôsse, por parte do representante diplomático do Brasil na Iugoslávia. Foram completamente desconhecidos. Por conhecer de perto o sentido que preside o Itamarati novo, orientado por Mário Gibson Barbosa, tenho a certeza de que essa ausência há de lhe causar profundos aborrecimentos. Faço justiça àquele que dirige os destinos da Nação e que é desportista sincero — o Presidente Emílio Garrastazu Médici. S. Exa. enviou telegrama afetuosoíssimo aos nossos basquetebolistas, jogadores êsses que foram ignorados, que não tiveram sequer um aperto de mão, uma visita, já não digo daqueles que têm categoria diplomática, mas pelo menos dos funcionários subalternos.

Estou pronto a dar ao Chanceler Mário Gibson Barbosa todos os elementos, e não é preciso, basta que se consulte qualquer um dêsses brasileiros que voltaram cobertos de glória, no entanto, profundamente magoa-

dos com nosso Itamarati. E não é a primeira vez que acontece e isto tem de ser modificado, Sr. Presidente. Esta, minha batalha. Evidente, comprehendo que os representantes brasileiros no exterior não podem oferecer, às suas expensas, banquetes, almoços, carros, recepções, mas, Sr. Presidente, pelo menos aquêle mínimo de atenção, de solidariedade, que a Pátria exige, aquêle confôrto, ao pessoal que estava representando o Brasil numa área desportiva. Isto não poderia ter faltado, Sr. Presidente, mas lamentavelmente faltou.

Repto, se o Sr. Chanceler Gibson quiser elementos maiores, poderei fornecê-los a S. Exa.

Disseram que os jogadores brasileiros em Liubliana se sentiram diminuídos porque viram os jogadores de um país em guerra, como no caso a Coréia, citado por um dos elementos, terem tudo, terem confôrto. E não era essa questão do dinheiro, não era essa questão de banquetes. É aquêle abraço verde-amarelo que, infelizmente, faltou e isso vai-se tornando uma regra geral por parte de alguns elementos retrógrados do nosso Ministério de Relações Exteriores. Não é a orientação imprimida pelo Chanceler Gibson, faço questão de ressaltar. Tenho criticado vários Ministros das Relações Exteriores, mas o que ai está, eu várias vezes tenho feito em relação a S. Exa. essa ressalva. Até o momento tenho feito, mas quando S. Exa. não a merecer, também serei o primeiro a opontar-lhe erros e a criticar qualquer orientação que venha a tomar no sentido de o brasileiro lá fora ser ignorado, como, desgraçadamente, o tem sido por alguns dos diplomatas, não os da área jovem, mas medalhões do Itamarati. Estes, Sr. Presidente, se encafuam, se enclausuram, se encaramujam, dentro dêsses estilos medieval de diplomacia, que tanto tenho combatido nesta Casa. Estes que têm vergonha — isto é uma verdade, eu tenho dito isto e quem tem viajado, qualquer brasileiro, não poderá contestar-me — de falar o próprio português.

Poderei citar inúmeros casos acontecidos até comigo mesmo, Sr. Presidente. Agora não, porque sabem que o que fizerem não a mim, mas, como representante do Senado, relato sem nenhum receio. Já tive oportunidade,

em Paris, de conversar com diplomatas que insistiam em falar em francês e eu em português, fazendo um contraste chocante. Esses fatos são objeto, eu não diria de minhas objurgatórias, de minhas críticas, mas de minha luta em prol de um Itamarati novo, o qual está sendo representado por essa geração de recém-formados pelo Instituto Rio Branco, que tem realmente sentimento de brasileiros.

Não quero fazer generalização, mas antigamente se buscava a diplomacia justamente como fuga de brasiliade, em alguns casos. Sr. Presidente, dizendo que não generalizo, já tive oportunidade de ocupar esta tribuna para citar nomes de diplomatas que se envergonham de ser brasileiros, como neste caso, agora lamentabilíssimo, que ocorreu na Iugoslávia.

**O Sr. Bezerra Neto —** V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Estou de pleno acordo com essa intervenção de V. Exa. Acho que há uma exceção nesta linha, como bem V. Exa. ponderou nas suas palavras. No México, pelo que tenho visto nos noticiários dos jornais, inclusive fotografias, o nosso Embaixador ali, o ilustre diplomata João Batista Pinheiro, — conhecido de V. Exa., foi nosso representante na ALALC, em Montevideo — tem convivido permanentemente com os jogadores. Tenho visto mesmo fotografias de João Batista Pinheiro ao lado dos nossos futebolistas, na Capital azteca. É um diplomata dessa linha móca, eficiente, homem culto, conhecedor profundo dos problemas econômicos brasileiros, como tem dado testemunho e o Senado o conhece; de modo que no caso da presença dos nossos jogadores no México, através de seu próprio chefe, Embaixador João Batista Pinheiro, a representação diplomática brasileira tem correspondido, tem atendido a esse ponto de vista muito bem patrióticamente defendido por V. Exa.

**O SR. VASCONCELOS TORRES —** Acelho o aparte de V. Exa. A exceção, no caso do México, não justifica o erro no da Iugoslávia. O Embaixador João Batista Pinheiro é justamente daqueles que merecem uma ficha branca no seu maço itamaratiano. É um cidadão que representa esse espírito imprimido pelo Chanceler Gibson. Nem podia ser de outra maneira. O futebol está na alma popular brasilei-

ra e S. Exa. tem instruções especiais. Também cito porque não quero ser injusto, e disse justamente que não queria generalizar, que o Consul brasileiro em Huston deu toda assistência a um jogador de futebol.

No caso do basquete, que é o que me traz à tribuna, V. Exa. há de convir, e eu também não quero percorrer a senda da injustiça, o Embaixador da Iugoslávia estava aqui em Brasília no instante em que se feria a competição internacional de Basquete, mas S. Exa. há de ter prepostos, há de ter funcionários.

A delegação brasileira foi à Grécia, e lá, Sr. Presidente, foi também praticamente ignorada. Dizem que o Embaixador apenas teve a gentileza de servir de intérprete. Pelo menos atendeu a esse pormenor.

Há um caso, entretanto, que me fez profundamente a sensibilidade brasileira. Quando a delegação partia para o Brasil, coberta de louros, ao embarcar no Aeroporto Leonardo da Vinci, em Fiumicino, Roma, com as glórias do vice-campeonato, dificilmente obtido sem recursos e, praticamente, sem apoio, estava no aeroporto, com os seus uniformes, com um escudo muito grande no bôlso, do lado esquerdo, com a palavra "Brasil". A Embaixada o ignorava, mas acontece a circunstância de o Embaixador ter ido ao aeroporto e o ignorar também. Eu já disse: o que falo aqui, se for desmentido, se for contestado, não precisa ninguém se aborrecer, basta que me enviem uma carta me contraditando, porque serei o primeiro, por uma questão de educação, de princípio, de vida e de ética parlamentar, a proceder à leitura dessa carta ou de qualquer desmentido. E, nisto, eu tenho sido campeoníssimo. O Embaixador brasileiro na Itália estava no aeroporto com familiares — não sei se levava uma autoridade, não deve ser autoridade porque há até um detalhe: estava em trajes desportivos o que demonstra ser avançado, porque, Embaixador em trajes desportivos em aeroporto, para mim é novo. Vejo, sempre, Embaixador de fardão, de casaca. Já para mim esse está arejado na parte que diz respeito ao vestuário. Olhou a delegação brasileira, passou por ela. Impossível que não enxergasse o nome Brasil. Os jogadores foram informados de que se tratava do Embaixador do Brasil e esperavam, pelo

menos, um aperto de mão, um cumprimento e não o tiveram, Sr. Presidente.

Estive em contacto com vários elementos da delegação brasileira e, já disse, estou disposto a esclarecer este assunto, devidamente, pois, jamais me serviria desta tribuna para fazer um reparo desta natureza, sobre o procedimento inadequado de autoridade diplomática, que ignorou, sendo nosso representante, em Roma, a delegação brasileira. Isso, Sr. Presidente para mim é triste, é penoso.

E falando em esporte, Sr. Presidente, V. Exa. vai permitir que eu use, aqui, uma frase de sabor desportivo, não propriamente do basquete, mas do futebol e que dá a imagem, retrata um estado d'alma. Quero dizer que eu estou "pendurando as chuteiras". Mas enquanto estiver em campo haverá de ter garra suficiente para criticar, para ter entusiasmo de bem servir ao nosso Brasil e ao próprio Itamarati. Em breve, sairá um trabalho de minha autoria onde declaro que ser inimigo do Itamarati é ser inimigo do Brasil. Mas, isso não significa que o Itamarati não tenha elementos que precisam ser escoimados, não digo depurados, mas reeducados no sentido de evitar o que comumente ocorre lá fora. O brasileiro, às vezes, bate à porta de uma Embaixada apenas para ver a bandeira da Pátria, apertar a mão de um brasileiro e, ordinariamente, invariavelmente, é maltratado. As queixas se acumulam e se avolumam, e não podem sofrer contestação de qualquer espécie. Não é este o sentimento do honrado Presidente Emílio Garrastazu Médici nem tampouco a orientação imprimida pelo Chanceler Mário Gibson Alves Barbosa.

Sr. Presidente, a propósito deste assunto, vou encaminhar à Mesa documentário que peço a V. Exa. faça parte desta minha fala, de alegria pela conquista do campeonato e de tristeza pela atitude do Itamarati, em relação aos jovens desportistas brasileiros.

Agora, Sr. Presidente, V. Exa. vai permitir-me que, em assunto de Brasil, comente a situação de pracinhas brasileiros.

(Lendo.)

Nós, parlamentares, somos freqüentemente solicitados a patrocinar in-

terêsses pessoais ou de grupos, razoáveis muitos deles, descabidos outros — como se detivessemos a faculdade ilimitada de fazer, de dispor, de remover obstáculos, por maiores que sejam...

Quero crer que o fato, isto é, que a confiança ilimitada que o homem comum deposita no previdencialismo do portador de um mandato legislativo seja, em princípio, universal. Mas, acredo igualmente que a incidência dessa suposição seja maior nos países de precário desenvolvimento.

Em primeiro lugar, explico, porque nos países pobres o nível médio da politização é mais baixo e, assim, é insatisfatório o entendimento existente em torno das atribuições exatas de cada um dos Poderes e sobre o próprio painel da Legislação. E, além do mais, os canais competentes, que poderiam realizar o trânsito das soluções são, nesses países, de uma desconcertante e óbvia "incompetência"...

Em segundo lugar, por que nesses países subdesenvolvidos, exatamente por serem pobres, os casos de desajustamento ou de desespero são mais numerosos e, descrentes de um milagre que não vem, os que têm problemas angustiosos para resolver apelam para a interferência de quem pode pelo menos fazer-se ouvir.

Ora, o parlamentar dispõe de uma tribuna e de um Diário do Congresso que faz o registro compulsório de seus discursos...

E se apelam para nós, Sr. Presidente, se confiam em nosso esforço, para fazer o que está a nosso alcance em prol da justa causa que nos é exposta — estariam faltando com o nosso dever junto àquele ou àqueles de quem recebemos o mandato, se ficássemos indiferentes ao que nos é solicitado...

Aqui estou eu, portanto, Sr. Presidente, neste momento, cônscio das minhas limitações para tomar providências objetivas — com vistas a garantir o atendimento à pretensão que me foi apresentada — mas, esperançoso de que o Poder Executivo as tome, sem demora, ouvido o apelo que formularei...

Trata-se de uma pretensão dos ex-combatentes, Senhor Presidente.

Como sabemos, o art. 197 da Constituição Federal garante alguns direi-

tos ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Fôrça Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Fôrça Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Fôrça do Exército.

Entre os direitos aí assegurados estão a estabilidade (se o ex-combatente é funcionário público) e o aproveitamento no serviço público, sem a exigência do concurso.

Essa disposição constitucional está inspirada, Senhor Presidente, numa doutrina vigente em todas as sociedades humanas, segundo a qual os que se sacrificaram, um dia, os que expuseram a própria vida em defesa da sociedade, nos campos de batalha — merecem o permanente reconhecimento de todos, traduzido, sobretudo, através de algumas regalias que o Estado lhes assegura.

No Brasil, já tinhamos, antes da Segunda Guerra Mundial — que colocou o assunto em amplitude maior — as pensões conferidas aos veteranos da Guerra do Paraguai e de outras campanhas que marcaram a fase primeira da História Pátria.

Assegurar, portanto, um meio de sobrevivência aos que consumiram, talvez, os melhores anos de suas vidas, para que a Nação e o País se mantivessem integros — é prática antiga, entre nós, e nada precisaríamos acrescentar neste momento para justificá-la.

Mas, a observação que vou aqui fazer e que me parece um tanto modesta — insuficiente, usemos a palavra certa — a garantia constitucional aos ex-pracinhas...

Há, direi, uma injustiça a reparar. Conheço casos de ex-combatentes que vivem hoje em situação de extrema penúria, praticamente da caridade pública. E outros, menos infelizes, têm o mínimo necessário para a sobrevivência, graças ao minguado salário que recebem ocupando as mais humildes categorias do funcionalismo público.

Não me parece humano esse tratamento, Senhor Presidente, pois, em melhor situação — pelo menos em termos de glória — estão aquêles que repousam em silêncio no monumento localizado próximo ao Palácio Monroe, no Rio de Janeiro...

Precisamos mostrar às novas gerações que a Nação não esquece os que se sacrificaram por ela.

Corrigiria, pois, essa situação de injustiça, no meu entender, um projeto de lei que o Poder Executivo tomasse a iniciativa de enviar ao Congresso, assegurando uma remuneração mínima de cinco salários mínimos a todos os ex-combatentes.

A remuneração seria paga pelos cofres públicos, sob a forma de complementação de salários, proventos ou pensões já percebidos — ou integralmente, quando não houvesse o que complementar. E o salário-mínimo a ser considerado seria o da Região na qual foi convocado o reservista para o serviço de guerra.

Um quarto de século já passou desde o fim da guerra, Senhor Presidente. Muitos dos pracinhas que desfilaram vitoriosos na Avenida Rio Branco, depois de vencerem a guerra na frente italiana, já estão mortos. Outros, possivelmente, a maioria dos sobreviventes, possuem rendimentos superiores aos cinco salários mínimos que, sugeri, viessem a ser garantidos a todos os ex-combatentes.

O amparo agora lembrado atingiria, talvez, uns 20 a 35 por cento dos efetivos que regressaram da Itália e, assim mesmo, de uma forma parcial, porque seria, na maior parte dos casos, simples complementação de rendimentos já percebidos.

Quero frisar o aspecto modesto da incidência da despesa que a medida acarretará no erário público — mais do que justificada, assinalarei, pelo seu evidente sentido humano.

Aqui fica, pois, a minha sugestão para que o Governo estude e considere o assunto. E, mais do que minha sugestão, meu apelo veemente de brasileiro aos três Ministros Militares e ao Senhor Presidente da República, para que o Brasil não tarde a proceder à "correção monetária" dessa sua dívida antiga com aqueles que o defenderam sem medo, há 25 anos atrás, no campo de batalha.

Finalmente, Sr. Presidente, V. Exa. já mandou proceder à leitura de um projeto de lei de minha autoria, em que homenageio o ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Como V. Exa. já mandou proceder à leitura, dispenso-me de ler o projeto,

mas gostaria que V. Exa. concordasse em que a justificativa, que não foi lida, fizesse parte do meu discurso.

Eram os assuntos que eu queria abordar. (Muito bem!)

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

"De repente, o Brasil derrota a União Soviética e os Estados Unidos e volta vice-campeão mundial. O basquete é novamente lembrado, por alguns momentos, no país de memória curta que já esqueceu os oito títulos de expressão internacional conquistados nos últimos 10 anos: o bicampeonato mundial, dois terceiros lugares nas Olimpíadas e o tetra-campeonato sul-americano — um recorde que nem o futebol, de glórias tão justamente exaltadas, pode exibir.

Com todos estes títulos o basquetebol brasileiro é, entretanto, um enjeitado: não tem público para os seus jogos, não recebe ajuda oficial suficiente, raramente freqüenta as manchetes das páginas esportivas. Até mesmos os cartolas o evitam: o presidente da Confederação Brasileira de Basquetebol, Sr. Paulo Meira, está no cargo há 33 anos.

Neste campeonato, a maior vitória brasileira — para os que conhecem os bastidores do esporte amador no Brasil — não foi o título de vice-campeão e sim o fato de a Seleção ter conseguido chegar à Iugoslávia, local da competição. A menos de três meses da viagem, não havia sequer dinheiro para as passagens e o próprio telefone da CBB fôra desligado, por falta de pagamento.

Quanto às possibilidades técnicas da equipe, ninguém — a não ser o treinador Kanela — acreditava nelas. Ao invés dos três meses apontados como tempo ideal de preparação, o time treinara apenas durante 34 dias. Outra restrição dos observadores: a maioria dos jogadores — velhos heróis dos primeiros triunfos de há 10 anos — estaria saturada de basquetebol, além de estagnada taticamente. Seria até melhor — houve quem dissesse — que o Brasil não tivesse êxito, pois o êxito provaria que os veteranos das campanhas anteriores ainda seriam os melhores, dificultando-se assim a renovação de jogadores, para muitos o principal problema do basquete brasileiro.

A estréia na Iugoslávia, no dia 10, foi contra a Coréia do Sul, adversário de nível secundário no basquete mundial. Por isso o marcador de 82 a 77 foi considerado modesto e a vitória brasileira apenas discreta.

Na segunda partida, porém, o Brasil mostrou ser o mesmo de outros tempos, candidato certo ao título de campeão: derrotou a Itália no último segundo da segunda prorrogação de um jogo dramático com um lance esquematizado fora da quadra pelo técnico Kanela e executado à risca. O placar foi de 94 a 93 na partida mais empolgante de todo o campeonato.

No terceiro jogo, já classificado para o turno final, o Brasil não teve dificuldades em vencer o Canadá, marcando 112 a 59.

No turno decisivo, jogado em Liubliana (a fase de classificação foi disputada pelo Brasil em Split), os brasileiros tiveram nos soviéticos — que eram os campeões mundiais — o primeiro obstáculo. Contando com a torcida iugoslava (interessada na derrota da URSS para melhorar a posição da Iugoslávia na tabela) e jogando com uma garra que chegou às vezes à violência (quatro jogadores brasileiros foram excluídos após atingirem o limite máximo de faltas), o Brasil obteve sua melhor vitória, por 66 a 64. Contra a Itália, 24 horas depois, nova vitória: 69 a 59.

Na partida seguinte, em parte sentindo o desgaste do esforço dos jogos anteriores e também por não se mostrarem no mesmo nível técnico da escola que mais vem progredindo no basquetebol mundial, os brasileiros perderam para a Iugoslávia — que seria a campeã — por 80 a 55.

A derrota, quebrando a euforia da invencibilidade e praticamente acabando com a possibilidade de conquistar o título, refletiu-se no comportamento do time brasileiro no jogo seguinte, contra a Tcheco-Eslováquia, uma das equipes mais fracas do torneio, e o Brasil perdeu de 72 a 71.

A reabilitação veio em seguida, contra o Uruguai (86 a 81) e o título de vice-campeão na rodada final, com a vitória sobre os Estados Unidos (69 a 65).

Da campanha, comandados por Kanela, o técnico bicampeão de 1959 e 1963, participaram Vlimir (que, aos 33 anos de idade, jogou o seu quarto

campeonato mundial), Ubiratan, Rosa Branca, Menon, Edward, Marquinho, Sérgio, Hélio Rubens, Joy, Pedrinho, Mosquito e Olaio."

#### JUSTIFICAÇÃO DO SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES A PROJETO DE LEI, DE SUA AUTORIA, QUE DÁ O NOME DE "PRESIDENTE CASTELLO BRANCO" AO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GUAÍLÃO.

O ônus da vida pública impôsto àqueles que a vivem — ou viveram — consiste principalmente na fatalidade de ser julgado...

Nenhum homem público desempenha seu papel sem provocar, no próprio momento em que o faz, críticas, comparações, insultos, louvações e silêncios intencionais...

O homem público — como foi o caso de Castello Branco — é na sua época, pelos pronunciamentos que faz e pelos atos que pratica, um definidor de situações novas e um contrariador de interesses estabelecidos. Daí não ser nunca aceito com neutralidade ou indiferença por aqueles que estão dentro dessas situações, donos de interesses que foram ou que poderiam ter sido contrariados por seus atos...

Mas, depois que o homem público (refiro-me sempre ao que desempenhou em vida papel de primeira grandeza) desaparece; quando ele passa a ser apenas um nome a mais na galeria dos mortos ilustres da Nação; quando os grupos que ele contrariou ou desalojou já reencontraram-no limite em que sobreviveram — sua posição e seu ajustamento de interesses... Nesse momento, observarei, as motivações primárias da bajulação e do ódio desaparecem e o muito focalizado homem público da véspera deixa de ser lembrado.

O esquecimento será talvez, nesse caso, uma forma discreta de vingança dos ressentimentos que recearam mostrar-se ou manifestar-se enquanto, por viver o personagem que os suscitou seria desaconselhável ou perigoso fazê-lo...

Por isso mesmo, essa é a hora, no meu entender, em que os não-ressentidos devem erguer sua voz e dar, do modo que puderem, uma contribuição ao processo em curso no Tribunal da História, à base do qual será feito, no futuro, o julgamento do Grande Homem.

É a contribuição que pretendo dar neste momento (esperando contar para isso com o generoso apoio desta Casa) propondo o nome do "Presidente Castello Branco" para o Aeroporto Internacional do Galeão.

A homenagem proposta não poderá ser interpretada como a antecipação de um julgamento que só os pôsteros terão condições de fazer, sobre a figura humana e o papel histórico de Castello Branco. Mas, ela estará justificada plenamente pelo fato de que, pelo menos em dois pontos, a figura e o comportamento de Castello Branco já não mais são ou poderiam ser contestados...

Em primeiro lugar, no que se refere às virtudes pessoais de Castello Branco. Inteligente, culto, corajoso, enérgico, simples, fiel ao dever e aos compromissos, foi ele exemplar como chefe de família, como militar e como político. Não houve na sua vida, que eu conheça, qualquer passagem ou episódio que nos sugira agora um retrato menos lisonjeiro de sua pessoa.

Em segundo lugar, pelo próprio comportamento ostensivo de Castello Branco quando à frente dos destinos do Brasil.

Todas as revoluções cometem erros e a brasileira, talvez, os tenha cometido. A questão não nos deve interessar agora pois dela, um dia cuidarão os analistas e os historiadores. O que já pode ser registrado, todavia, é o sentido profundo e extenso do esforço de renovação iniciado na vida política brasileira por Humberto de Alencar Catello Branco e seus colaboradores. Houve e há sinceridade, sacrifício e êxito nesse esforço.

A legislação brasileira foi reformulada e inovada revolucionariamente (a palavra vai aqui no seu sentido exato), como nunca o fôra antes. De outro lado, os negócios públicos passaram a ser tratados sob critérios técnicos e de uma forma áusteras, como não acontecia há longo tempo neste País. E, finalmente, os bons resultados da recuperação econômico-financeira e da retomada do desenvolvimento ai estão documentando, pelo menos num sentido, o imenso trabalho construtivo da Revolução de 1964.

Esse é o fato, a realidade — e não o julgamento da Revolução, que me abstenho de fazer por não ter ainda as indispensáveis condições para isso.

Castello Branco foi o estadista revelado por essa Revolução. A palavra Estadista está hoje tão gasta entre nós, quanto Político. Lembrarei, contudo, o nobre significado das duas e o imperativo de que devemos restaurar a respeitabilidade de ambas.

A propósito disso observarei que foram muitos os chefes de Estado que ocuparam a cabine de comando do Brasil, desde 1922. Mas, no meu entender, foram poucos os estadistas entre eles. Limitando-me exclusivamente aos mortos, direi que só consigo identificar estadistas nas figuras de Pedro II, Floriano Peixoto, Campos Sales, Nilo Peçanha, Getúlio Vargas e Castello Branco...

Foram esses homens que através de suas idéias, de seus gestos, de suas posições em face dos problemas, magnetismo pessoal, capacidade de sobrepor-se a injunções, espírito de renúncia, fidelidade ao que identificaram como interesse público — foram eles, mais do que todos os outros, os que participaram através do tempo da construção e da consolidação da estrutura político-administrativa do Brasil.

Acho assim, pelo fato de Castello Branco ser o menos homenageado desses Estadistas, que já é hora de vincularmos seu nome a uma realidade material de grande importância e evidência como o aeroporto hoje designado de um modo inexpressivo como do Galeão.

Há diversos exemplos de aeroportos com nomes de pessoas, no Brasil e em outros países. Lembrarei o "Santos Dumont" e o "Bartolomeu de Gusmão" na Guanabara e o "Presidente Kennedy" em Nova York. Nada há, portanto, de um ponto de vista técnico e funcional que contra-indique o batismo ora proposto.

A presente homenagem exprimirá, acima de tudo, a admiração e o reconhecimento que uma grande parte do povo brasileiro sente hoje pela figura histórica de Castello Branco. Homenageando sua memória, estaremos apenas deixando nos anais da História o nosso singelo depoimento favorável, a ser talvez levado em conta pelos que irão analisá-lo e julgá-lo, um dia.

Sala das Sessões. — Vasconcelos Torres.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, lembrando, antes, aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas.

Encerro a Sessão, designando para a próxima a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 2, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1970 (n.º 1.381, de 1968, na Casa de origem), que estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina às Cidades de Ibirapuã e Cambé, no Estado do Paraná, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 197, de 1970, da Comissão

— de Legislação Social.

2

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970, que aprova as contas do Executivo do DF, relativas ao exercício de 1968 (apresentado pela Comissão do Distrito Federal como conclusão de seu Parecer n.º 282, de 1970), tendo

PARECERES, sob n.ºs 283 e 284, de 1970, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e

— de Finanças, pela aprovação.

3

#### REQUERIMENTO N.º 85, DE 1970

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 85, de 1970, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da Pastoral dirigida ao País pelos participantes da XI Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Brasília, de 16 a 27 de maio de 1970.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 45 minutos.)

**EDITORIAL INTITULADO MOVIMENTO "DECISÃO", PUBLICADO NO MATUTINO JORNAL, EM SUA EDIÇÃO DE 27-5-70, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 82/70, DE AUTORIA DO SR. FILINTO MÜLLER, APROVADO NA SESSÃO DE 2-6-70.**

#### MOVIMENTO "DECISÃO"

Temos propugnado, e não cessaremos de fazê-lo, a presença da juventude nas atividades político-partidárias.

É urgente oferecer aos moços brasileiros um campo próprio para desenvolver o seu espírito político dentro da democracia.

O temor de que os jovens possam ser atraídos ao campo oposto, ou seja a ideologias antidemocráticas, nasce de que os dirigentes políticos não são suficientemente esclarecidos para compreender que as idéias democráticas possuem maior força de atração do que os credos totalitários e, assim sendo, será sempre mais fácil incuti-las no ânimo da mocidade.

Tem acontecido até agora que as lideranças políticas se mostram duvidosas quanto à força dos ideais democráticos para conquistar o espírito da juventude.

Dai resulta que os dois grandes Partidos criados pela Revolução não fizeram nenhuma abertura para os moços.

Não se trata de pedir a adesão pura e simples aos programas desses Partidos, nos quais predomina ainda certo matiz de antigüidade e anacronismo. Trata-se sim de permitir que, dentro da ARENA e do MDB, submissos às regras constitucionais e no quadro da Revolução, os jovens possam por conta própria aspirar a novos avanços e assegurar a marca de suas próprias aspirações.

Acaba de aparecer em São Paulo, com um manifesto dirigido à nação,

um movimento político denominado "Decisão", que se apresenta com a bandeira dos estudantes democratas no Brasil "firmando o compromisso da geração que chega diante do quadro institucional, na excepcionalidade desta hora da República brasileira".

E logo a seguir o manifesto define: "A República é o predominio da Lei, a vontade e a consciência do povo, regendo soberanamente os caminhos da nação. A República vive da democracia representativa e do Estado de Direito".

Essas palavras iniciais do manifesto indicam que os jovens que o subscrevem e tentam aliciar companheiros para fortalecê-lo possuem justa compreensão do valor da democracia, assente sobre a legalidade.

A seguir os jovens falam da "nefastata e progressiva indiferença de uma população desestimulada a participar, a ausência quase completa das grandes lições, e dos exemplos de grandeza política, à juventude em formação".

A indiferença política das maiorias silenciosas é o perigo que ameaça particularmente as nações democráticas.

E se marginalizamos a juventude evitando o seu pronunciamento, na ordem política, e se não lhe damos os exemplos e as lições da grandeza política que constitui o ideal da comunidade democrática, estaremos preparando para o Brasil um futuro desalentador.

Nada poderia acontecer de mais grave à democracia brasileira que, no curso de mais de oitenta anos de regime livre, nunca deixou de ser uma plantinha tenra, do que esse processo de afastamento da juventude das lides políticas constitucionais.

Ou abrimos o caminho da democracia aos jovens, ou acabaremos por perdê-los para o campo oposto.

É preciso que a geração de hoje que está com a responsabilidade do comando do País comprehenda que o seu dever precípua é transmitir e assegurar a durabilidade dos ideais democráticos que a estimularam.

Se não tivermos condições de transmitir e assegurar esses ideais aos jovens que se preparam para recolher a nossa herança política, como podemos esperar que nos dias de amanhã a bandeira democrática seja conduzida pelas maiorias, segundo as diretrizes que recebemos dos nossos maiores, e que, ao que parece, não estamos conseguindo transferir às mãos dos nossos sucessores.

Os jovens que assinam o manifesto de "Decisão" querem dedicar-se até os "extremos limites da sua capacidade de contribuição da juventude idealista, atenta ao apelo sagrado dos valores imperecíveis da democracia, que há de se aclimar em nosso País, sem comprometimento com quaisquer tipos de extremismos".

Cumpre aos dois grandes Partidos políticos promover pelos meios ao seu alcance um esforço de conquista da juventude para a democracia, alentando-a em seus ideais, pois é próprio da mocidade ter ideais e lutar por eles.

O manifesto do movimento "Decisão" não preconiza que os jovens adiram a esse ou àquele dos dois Partidos. Visa apenas a despertar nelas a consciência dos seus deveres para com a nação democrática e aqui é que cumpre a todos ajudar esse movimento da juventude, para que floresça em plena liberdade.

O Brasil de amanhã será o que conseguirmos fazer dele hoje. E para que o Brasil de amanhã seja democrático, é urgente e indispensável que a juventude de hoje seja educada para a democracia.

# ATA DAS COMISSÕES

**COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 2, DE 1970 (CN), QUE "CONCEDE ISENÇÃO DE IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CEF".**

**AVISO**

- 1 — a Comissão receberá emendas nos dias 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 8 (oito) e 9 (nove) de junho;
- 2 — as emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante à noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 9 (nove), às 19:00 horas;
- 4 — as emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;
- 5 — ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo único do art. 3.º das normas, para recebimento de recursos;
- 6 — durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para receber-las; e
- 7 — a apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia.

Congresso Nacional, em 3 de junho de 1970. — Senador Guido Mondin, Presidente.

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: — Senador Guido Mondin  
 Vice-Presidente: — Deputado Passos Pôrto  
 Relator: — Deputado Brás Nogueira

**ARENA**

Senadores	Deputados
1. Cattete Pinheiro	1. Adriano Gonçalves
2. Atílio Fontana	2. Brás Nogueira
3. Duarte Filho	3. Flaviano Ribeiro
4. Raul Giuberti	4. Gastão Müller
5. José Leite	5. Luiz Braga
6. Manoel Villaça	6. Passos Pôrto
7. Guido Mondin	7. Rockefeller Lima
 MDB	
1. Adalberto Sena	1. Ney Ferreira
2. Ruy Carneiro	2. Pedro Faria
3. Sebastião Archer	3. José Mandelli
4. José Ermírio	4. Ulisses Guimarães

**Calendário**

- Dia 1.º/6 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;  
 Dia 2/6 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;  
 Dias 3, 4, 5, 8 e 9/6 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;  
 Dia 16/6 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;  
 Dia 18/6 — Apresentação do parecer pela Comissão;  
 Dia 19/6 — Publicação do parecer; e  
 Dia 24/6 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas.

**Prazo: Início 1.º/6/70 — Término 11/7/70.**

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º andar do Anexo do Senado. Fone — 43-6677 — Ramais 303 e 310. — Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

**CONCURSO INTERNO PARA TAQUÍGRAFO-REVISOR**

**Chamada para a Prova de Taquigrafia**

Os candidatos abaixo relacionados ficam convocados para a prova de Taquigrafia do Concurso Interno para Taquigrafo-Revisor da Secretaria do Senado Federal, a realizar-se no dia 14 (quatorze) de junho corrente (domingo), às 8 (oito) horas, na Diretoria da Taquigrafia:

- 1 — Walkir Silveira de Almeida
- 2 — Gelda Lyra Nascimento
- 3 — Alzira dos Santos Magalhães
- 4 — Alan Viggiano
- 5 — Sérgio Barreira Gomes Ribeiro
- 6 — Darcy Pedrozo Machado Gaia
- 7 — Edson Theodoro dos Santos
- 8 — Paulo José Euvaldo Peixoto
- 9 — Maria Helena Taveira Dias
- 10 — Maria Lúcia Lopes Barbosa
- 11 — Serafim de Oliveira
- 12 — Carlos Tôrres Pereira
- 13 — Geraldo Lopes
- 14 — Edila Macedo Ribeiro
- 15 — Lizete de Almeida Castro

Secretaria do Senado Federal, em 2 de junho de 1970.  
 — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente:	4º-Secretário:	Líder:
João Cleofas (ARENA — PE)	Manoel Villaça (ARENA — RN)	Fillinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:	Vice-Líderes:
Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	Sebastião Archer (MDB — MA)	Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:	Antônio Carlos (ARENA — SC) Guido Mondin (ARENA — RS)
Lino de Mattos (MDB — SP)	Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
1º-Secretário:	3º-Suplente:	DO MDB
Fernando Corrêa (ARENA — MT)	Domício Gondim (ARENA — PB)	Líder: Aurélio Vianna (GB)
2º-Secretário:	4º-Suplente:	Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)
Edmundo Levi (MDB — AM)	José Feliciano (ARENA — GO)	
3º-Secretário:		
Paulo Tórrres (ARENA — RJ)		

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS  
E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Benedicto Valladares	Adolpho Franco
Vasconcelos Torres	Lobão da Silveira
Teotônio Vilela	Victorino Freire

**MDB**

Nogueira da Gama	José Ermírio
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 360.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Flávio Brito  
Vice-Presidente: Atílio Fontana

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito	Benedicto Valladares
Ney Braga	José Guiomard
Atílio Fontana	Júlio Leite
Teotônio Vilela	Menezes Pimentel
Milton Trindade	Clodomir Millet

**MDB**

José Ermírio	Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo	Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: terças-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO  
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO  
— ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello	José Leite
Antônio Carlos	Eurico Rezende
Mello Braga	Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres	Carvalho Pinto
Mem de Sá	Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna	Pessoa de Queiroz
Adalberto Sena	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petrônio Portella  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Mem de Sá
Antônio Carlos	Flávio Brito
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Milton Trindade
Guido Mondin	Júlio Leite
Petrônio Portella	Vasconcelos Torres
Carlos Lindenbergs	Adolpho Franco
Arnon de Mello	Filinto Müller
Clodomir Millet	Dinarte Mariz
Moura Andrade	

**MDB**

Antônio Balbino	Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto	Nogueira da Gama
Josaphat Marinho	Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: quintas feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**ARENA****TITULARES**

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Petrônio Portella  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Guido Mondin  
Antônio Fernandes

**SUPLENTES**

Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Mem de Sá  
Filinto Müller  
Milton Trindade  
Waldemar Alcântara

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: quintas feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mem de Sá  
Vice-Presidente: José Ermírio

**ARENA****TITULARES**

Mem de Sá  
Carlos Lindenbergs  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Ney Braga  
Cattete Pinheiro  
Atílio Fontana  
Duarte Filho

**SUPLENTES**

José Leite  
Filinto Müller  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Flávio Brito  
Milton Trindade

**MDB**

Bezerra Neto  
José Ermírio  
Pessoa de Queiroz

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Guido Mondin

**ARENA****TITULARES**

Eurico Rezende  
Ney Braga  
Guido Mondin  
Cattete Pinheiro  
Duarte Filho

**SUPLENTES**

Benedicto Valladares  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Teotônio Vilela  
Raul Giuberti

**MDB**

Adalberto Sena  
Antônio Balbino

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: quartas feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Moura Andrade  
Vice-Presidente: José Cândido

**ARENA****TITULARES**

Moura Andrade  
Antônio Carlos  
Waldemar Alcântara  
Milton Trindade  
Filinto Müller  
José Cândido  
Eurico Rezende  
Guido Mondin

**SUPLENTES**

José Guiomard  
Victorino Freire  
Filinto Müller  
Lobão da Silveira  
Raul Giuberti  
Petrônio Portella  
Daniel Krieger

**MDB**

Ruy Carneiro  
Antônio Balbino  
Argemiro de Figueiredo

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

**ARENA****TITULARES**

Carvalho Pinto  
Cattete Pinheiro  
Mem de Sá  
José Leite  
Moura Andrade  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Raul Giuberti  
Júlio Leite  
Waldemar Alcântara  
Vasconcelos Torres  
Atílio Fontana  
Dinarte Mariz

**SUPLENTES**

Carlos Lindenbergs  
Teotônio Vilela  
José Guiomard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portella  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Flávio Brito  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Eurico Rezende

**MDB**

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas feiras, às 10 horas.

Local: sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA****TITULARES**

Flávio Brito  
Adolpho Franco  
Júlio Leite  
Mem de Sá  
Teotônio Vilela

**SUPLENTES**

José Cândido  
Mello Braga  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Milton Trindade

**MDB**

Antônio Balbino  
José Ermírio

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adolpho Franco  
Vice-Presidente: Mello Braga

**ARENA**

SUPLENTES  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Raul Giuberti  
Duarte Filho

**MDB**

Argemiro de Figueiredo

**TITULARES**  
Adolpho Franco  
Victorino Freire  
Attilio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

Aurélio Vianna  
Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — R. 310.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: José Leite

**ARENA**

SUPLENTES  
Mello Braga  
José Guiomard  
Teotônio Vilela  
Guido Mondin  
Victorino Freire

**MDB**

Oscar Passos

**TITULARES**  
Antônio Carlos  
José Leite  
Celso Ramos  
Carlos Lindenberg  
Benedicto Valladares

Josaphat Marinho  
José Ermírio

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — R. 310  
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho

**ARENA**

SUPLENTES  
Teótonio Vilela  
José Leite  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

**TITULARES**  
Clodomir Millet  
Antônio Fernandes  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.  
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

**ARENA**

SUPLENTES  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Filinto Müller  
Guido Mondin  
José Guiomard

**TITULARES**  
Daniel Krieger  
Raul Giuberti  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Waldemar Alcântara  
Carvalho Pinto

**MDB**

Antônio Balbino

José Ermírio  
Aurélio Vianna  
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.  
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

**TITULARES**  
Benedicto Valladares  
Cattete Pinheiro  
Antônio Carlos  
Mem de Sá

**SUPLENTES**  
Filinto Müller  
José Leite  
Clodomir Millet

**MDB**

Nogueira da Gama Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.  
Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilberto Marinho  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA**

**TITULARES**  
Filinto Müller  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Gilberto Marinho  
Arnon de Mello  
José Cândido  
Mello Braga

**SUPLENTES**  
José Guiomard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
Jose Leite  
Teotônio Vilela  
Clodomir Millet

**MDB**

Pessoa de Queiroz Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.  
Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Raul Giuberti

**ARENA**

**TITULARES**  
Cattete Pinheiro  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara  
José Cândido  
Raul Giuberti

**SUPLENTES**  
Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Adalberto Sena

Nogueira da Gama

Bezerra Neto

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — R. 310.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Victorino Freire  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Victorino Freire	Filinto Müller
José Guiomard	Atílio Fontana
Gilberto Marinho	Dinarte Mariz
Ney Braga	Mello Braga
José Cândido	Celso Ramos

**MDB**

Argemiro de Figueiredo

Oscar Passos  
Aurélio Vianna

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenbergs  
Vice-Presidente: José Guiomard

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Victorino Freire	Celso Ramos
Carlos Lindenbergs	Petrônio Portella
Arnon de Mello	Eurico Rezende
Raul Giuberti	Menezes Pimentel

**MDB**

Pessoa de Queiroz

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES****E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Celso Ramos  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
José Leite	Guido Mondin
Celso Ramos	Atílio Fontana
Arnon de Mello	Eurico Rezende
Vasconcelos Torres	Lobão da Silveira
José Guiomard	Carlos Lindenbergs

**MDB**

Ruy Carneiro

Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Millet  
Vice-Presidente: Milton Trindade

**ARENA**

TITULARES	SUPLENTES
Clodomir Millet	José Cândido
Milton Trindade	Filinto Müller
José Guiomard	Duarte Filho
Flávio Brito	Dinarte Mariz
Lobão da Silveira	Cattete Pinheiro

**MDB**

Aurélio Vianna

Oscar Passos  
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**ASSINATURAS DO****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília - DF.

**PREÇOS DAS ASSINATURAS:****Via Superfície:**

Semestre ... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre ... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.503  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**